



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

NAYARA DIAS PAJEÚ NASCIMENTO

A OFERTA DO ENSINO MÉDIO EM PARAÍSO DO TOCANTINS:

Uma análise da percepção do estudante

Brasília-DF

2011

NAYARA DIAS PAJEÚ NASCIMENTO

**A OFERTA DO ENSINO MÉDIO EM PARAÍSO DO TOCANTINS:
Uma análise da percepção do estudante**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do professor Dr. Bernardo Kipnis.

ORIENTADOR: Prof. Dr. BERNARDO KIPNIS

Brasília-DF

2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 991928.

N244o Nascimento, Nayara Dias Pajeú.
A oferta do ensino médio em Paraíso do Tocantins :
uma análise da percepção do estudante / Nayara Dias
Pajeú Nascimento. -- 2011.
xi, 102 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, 2011.

Inclui bibliografia.

Orientação: Bernardo Kipnis.

1. Ensino médio - Tocantins. I. Kipnis, Bernardo.
II. Título.

CDU 373.5

NAYARA DIAS PAJEÚ NASCIMENTO

A OFERTA DO ENSINO MÉDIO EM PARAÍSO DO TOCANTINS:

Uma análise da percepção do estudante

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Universidade de Brasília – FE/UnB
Orientador

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Andrade Bareicha
Universidade de Brasília – FE/UnB
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Gabriela Sousa de Melo Mieto
Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE/SEDF
Membro Externo

Prof. Dr. Remi Castioni
Universidade de Brasília – FE/UnB
Suplente

Brasília – DF

2011

DEDICATÓRIA

Ao Kaio Miguel, minha vida.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Bernardo Kipnis, por ter sido paciente, flexível, por entender o quanto foi difícil esta qualificação em serviço, e por compartilhar seus conhecimentos nas aulas e orientações deste trabalho.

Aos professores Remi Castioni, Paulo Bareicha e Gabriela Mieto, que compuseram as bancas em que este trabalho foi submetido e contribuíram com a melhoria do mesmo.

Aos colegas de mestrado por permitirem que através de seus depoimentos nas aulas e encontros presenciais, eu conhecesse um pouco da realidade educacional das regiões deste país.

Agradeço alguns colegas de trabalho por entenderem que não pude fazer mais do que fiz neste período de qualificação, e aos queridos Antonio Júnior e Rogério Chaves, que para mim se tornaram amigos, agradeço os momentos de descontração, os momentos de conversas sérias e a sempre disposição em ajudar.

Aos dirigentes e estudantes do Ensino Médio do CEM – Centro de Ensino Médio “José Alves de Assis” e do IFTO/*Campus* Paraíso do Tocantins, por permitirem a realização das entrevistas.

Na esfera familiar, agradeço ao meu esposo Kleber Miguel pela paciência, compreensão e dedicação de sempre. Ao meu filho Kaio Miguel, por quem tenho um amor incondicional, agradeço por contribuir para que eu me torne uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço os meus pais que acreditam em mim e estão comigo quando todos os outros se vão, e em especial a minha mãe, por ter sido a babá oficial.

Agradeço ainda aos meus irmãos e cunhados, por torcerem por mais esta conquista em minha vida, e a Gabriely Vitória, princesa linda e inteligente da dindinha.

RESUMO

Verificar o conhecimento dos estudantes sobre a oferta do Ensino Médio em escolas públicas no município de Paraíso do Tocantins foi o objetivo central deste trabalho. As idéias de Kuenzer (1997), Cordeiro, Venturi e Hollanda (2009), Dayrell (2009), Abromo (2005b) e Lima (2004), nos forneceram o alicerce necessário ao entendimento de como se estabeleceu o Ensino Médio no Brasil nos últimos 15 anos e sobre o mundo em que os jovens contemporâneos estão inseridos. O debate sobre o modelo de escola de Ensino Médio para atender as demandas destes jovens também foi contemplado. Para responder a entrevista semi-estruturada, instrumento de coleta de dados utilizado, selecionamos estudantes de todas as turmas de calouros e formandos das instituições que concentram o maior número de matrículas no Ensino Médio. Os resultados apontam que os pais são os que mais influenciam na escolha do curso e instituição de Ensino Médio que os filhos estudam, e que a maioria das escolhas são feitas sem o conhecimento de todas as possibilidades de oferta do Ensino Médio no município. Os estudantes citam pontos positivos e negativos do curso e instituições em que estão matriculados e, em sua totalidade, pretendem cursar graduação tão logo finalizem o Ensino Médio, o que nos leva a questionar se o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertado por uma das instituições de ensino pesquisadas, está cumprindo seu objetivo de atender aos cidadãos que precisam de qualificação profissional para dar início imediato a vida produtiva.

Palavras-chave: Ensino Médio, percepção do estudante, Paraíso do Tocantins.

ABSTRACT

Check the student's knowledge of the high school in public schools in the municipality of Paraíso of Tocantins was the central aim of this Work. Kuenzer's ideas (1997), Lamb, Venturi and Holland (2009), Dayrell (2009), Abromo (2005b) and Lima (2004), provided us with the necessary foundation for understanding how high school was established in Brazil in recent 15 years and the world in which contemporary young people are immersed. The debate on the model of secondary school to meet the demands of these young people was also included. To answer the semi-structured data collection instrument used, selected students from all groups of freshmen and senior students of the institutions with the highest enrollment in high school. The results show that parents are the most influential in the choice of course and institution of high school that children attend school and most of the course and who are enrolled in institutions and in its entirety, as soon as they intend to attend graduate completed middle school, which leads us to question whether the School Integrated Vocational Technical Education Middle Level, offered by educational institutions surveyed, is fulfilling its objective of serving the citizens who need professional training to begin immediately productive life.

Keywords: High school, student perceptions, Paraíso of Tocantins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1: Matrícula Inicial das escolas nos municípios sob jurisdição da DRE de Paraíso do Tocantins.....	44
Quadro 2: Instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio em Paraíso do Tocantins.....	46
Quadro 3: Evolução de matrículas para o ensino médio no campus de Paraíso do Tocantins desde a primeira turma.....	49
Quadro 4: Identificação dos estudantes (sujeitos) pesquisados.....	57
Quadro 5: Informações dos sujeitos pesquisados quanto às variáveis gênero, idade, estado civil, ocupação e turno de estudo.....	59
Quadro 6: Motivos atribuídos pelas entrevistadas para a escolha dos cursos.....	65
Quadro 7: Áreas de interesse para cursos de graduação.....	69

Figuras

Figura 1: Localização do município de Paraíso do Tocantins.....	46
Figura 2: Sede do <i>campus</i> Paraíso do Tocantins.....	47
Figura 3: Localização da Reitoria do IFTO, distribuição dos campi, e pólos de educação à distância	48
Figura 4: Sede do CEM- Centro de Ensino Médio “José Alves de Assis”.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CEB – Câmara de Educação Básica
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEM – Centro de Ensino Médio
CNE – Conselho Nacional de Educação
CORES – Coordenação de Registros Escolares
DRE – Diretoria Regional de Ensino
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
EM – Ensino Médio
EMI – Ensino Médio Integrado
ETF – Escola Técnica Federal
EUA – Estados Unidos da América
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDE – Melhor Desempenho Estudantil
MEC – Ministério da Educação e Cultura
ONG's – Organizações Não Governamentais
PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PEAGC – Programa de Escola Autônoma de Gestão Compartilhada
PECGC – Programa de Escola Comunitária de Gestão Compartilhada
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
SEDUC –TO – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UE – Unidade de Ensino

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa.....	15
1.2 Descrição do problema de pesquisa.....	16
1.3 Hipóteses.....	16
1.4 Objetivos.....	17
1.5 Organização do trabalho.....	17
CAPÍTULO 2 - O ENSINO MÉDIO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 15 ANOS.....	19
2.1 O Ensino Médio após a LDB 9.394/96 e o Parecer CEB/CNE nº 15/1998.....	19
2.2 As mais recentes reformulações.....	22
2.2.1 O ensino médio inovador.....	22
2.2.2 Os protótipos curriculares nacionais para o Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: uma análise no resumo executivo.....	26
CAPÍTULO 3 - OS DESAFIOS DOS JOVENS BRASILEIROS NOS DIAS ATUAIS E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO.....	29
3.1 A função social da escola de Ensino Médio.....	33
CAPÍTULO 4 - A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS.....	36
4.1 O modelo de gestão adotado pelas escolas do Estado do Tocantins a partir de 1997.....	38
4.2 Panorama da oferta de Ensino Médio no Estado.....	41
4.3 Oferta de Ensino Médio por escolas sob a jurisprudência da Diretoria Regional de Ensino de Paraíso do Tocantins.....	42
4.4 A oferta do Ensino Médio no município de Paraíso do Tocantins.....	43
4.4.1 A oferta do Ensino Médio no IFTO - Campus de Paraíso do Tocantins.....	45
4.4.2 A oferta do Ensino Médio no CEM – Centro de Ensino Médio “José Alves de Assis”.....	49

CAPÍTULO 5 - MÉTODO.....	53
5.1 Local da pesquisa.....	53
5.2 Participantes da pesquisa.....	54
5.3 Instrumentos de coleta de dados.....	55
5.4 Procedimentos para coleta de dados.....	57
CAPÍTULO 6 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO.....	58
6.1 Organização dos dados para a análise.....	58
6.2 Características e perfil dos jovens pesquisados.....	59
6.3 Entendendo o perfil dos estudantes com MDE – Média de Desempenho Estudantil.....	61
6.4 Conhecimento dos estudantes acerca das modalidades de ensino médio ofertadas no município.....	65
6.5 Determinantes para o ingresso.....	66
6.6 Determinantes para a permanência.....	68
6.7 Perspectivas para a vida após o Ensino Médio.....	70
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	80
ANEXOS.....	84

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Com demandas bem diferentes nos países do mundo, o Ensino Médio é um nível ou subsistema de ensino com características e funções que lhe são bem peculiares. No Brasil, o Ensino Médio passou um período, especificamente entre 1964 e 1995, sendo dividido em científico, normal e clássico, e a partir de 1996, o Ensino Médio, anteriormente chamado de Segundo Grau, passou a equivaler a última etapa da educação básica.

Nas últimas décadas, se discute várias diretrizes trazendo em seus pacotes modelos pedagógicos, propostas curriculares e outras proposições no sentido de que a oferta do Ensino Médio seja mais atrativa àqueles que são o alvo das políticas destinadas a esta fase da educação básica: os estudantes.

Nesta perspectiva, esta pesquisa objetivou entender como é compreendido, pelos estudantes, a oferta do Ensino Médio nas escolas públicas da cidade de Paraíso do Tocantins. Verificamos se os estudantes conhecem o formato e os objetivos dos cursos de nível médio que existem no município, além analisarmos quais motivos os levaram a cursar o Ensino Médio nas instituições onde estão matriculados.

Com todas as contradições próprias da educação pública no sistema capitalista, nos parece relevante pesquisar este tema, pois embora as melhorias para esta etapa da educação básica estejam paulatinamente acontecendo, a exemplo da consolidação recente (maio de 2011) dos protótipos curriculares que envolvem tanto o Ensino Médio Regular quanto o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, parece-nos poucas as intenções de perceber este fenômeno do ponto de vista de quem ele pretende beneficiar. Na própria cidade de Paraíso do Tocantins receia-se que pela falta de ações de esclarecimento ao jovem da região, exista uma grande parcela de estudantes que desconhecem as formas de oferta do Ensino Médio, bem como seus objetivos.

Minha atuação como coordenadora pedagógica de uma instituição pública de ensino me permite ir além, me permite relatar que, possivelmente, existam professores que não compreendem os reais objetivos desta etapa da educação básica, e, no caso da oferta integrada, desconhecem os objetivos da proposta de

integração curricular do ensino médio com a educação profissional técnica de nível médio.

Embora este seja um trabalho sobre o Ensino Médio e seus estudantes, por vezes nos reportaremos ao Ensino Médio Integrado, que é uma consequência das diversas tentativas de tornar esta fase da educação básica brasileira mais completa, atrativa e funcional. Apesar de não atuar diretamente com a docência, minha formação me ofereceu elementos que possibilitam alguns questionamentos desta forma educacional que, ao mesmo tempo “preparara para o trabalho e para a vida”.

Também, como fruto da formação superior e da experiência profissional, veio a certeza da necessidade de envolvimento de todos os pares, essencialmente professores e estudantes, na compreensão do processo educacional; obviamente resguardados os níveis de maturação cognitivo, biológico e social de cada um, para que contribuam com a criação ou adequação de políticas públicas efetivas.

As afirmações acima permeiam as indagações que tem sido a mola propulsora desta pesquisa: Como funciona a oferta do Ensino Médio na cidade de Paraíso do Tocantins? Que informações os estudantes podem nos fornecer para contribuir com um formato de curso mais próximo do que necessita e anseia um jovem da região? Como os estudantes da região escolhem o curso e a escola para cursar o Ensino Médio?

1.1 Justificativa

Na história da educação brasileira registra-se um movimento de avanços e recuos nas políticas para a educação básica. O Ensino Médio ilustra bem este processo. Motivados por entender as perspectivas destes estudantes do Ensino Médio, alicerçamo-nos em trabalhos e pesquisa anteriores que justificam suas várias roupagens durante sua existência.

Atualmente nos deparamos com um modelo de Ensino Médio que precisa ser estudado e entendido por muitos, sobretudo, pelo público a quem se destina e sob o prisma destes, pois tão fundamental quanto as contribuições de teorias e modelos educacionais, é verificar a funcionalidade destas, para que sejam (re) avaliadas e modificadas, sempre que necessário, pois as políticas atuais possibilitam novos

arranjos e experiências aos sistemas e às instituições de ensino, cujos resultados, ainda em aberto, devem ser investigados na prática.

Versar sobre este tema, nos remeteu a reflexões acerca da importância e dos esclarecimentos que os jovens devem ter sobre as possibilidades e objetivos dos cursos ofertados em nível médio, pois escolhas feitas nesta fase podem marcar os rumos destas adolescentes vidas.

1.2 Descrição do Problema de pesquisa

Esta pesquisa almejou respostas para os seguintes questionamentos: Quais fatores são determinantes para a escolha da instituição em que os estudantes das escolas públicas cursam o Ensino Médio no município de Paraíso do Tocantins? Os fatores que determinaram a escolha da escola são os que sustentam a permanência? Os estudantes conhecem as diferentes modalidades do Ensino Médio ofertada no município? O que acham das escolas e dos cursos que fazem?

1.3 Hipóteses

✓ Os cursos com mais “atrativos”, ou seja, integrado com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, são mais procurados pelos estudantes;

✓ Alicerçadas na tradição do “Ensino de qualidade” das Instituições Federais de Educação, algumas famílias influenciam fortemente seus filhos a cursarem a modalidade Integrada do Ensino Médio, ofertada somente na única instituição federal de ensino do município;

✓ Estudantes que cursam o Ensino Médio na forma regular desconhecem outras modalidades de oferta do curso no município;

✓ Os estudantes do Ensino Médio Integrado pretendem imediatamente cursar uma graduação e não pretendem exercer a profissão em nível técnico que o curso confere;

✓ Os exames para o ingresso dos estudantes na instituição que oferta o EM (Ensino Médio) na modalidade Integrada não privilegiam formas para verificar a “vocação” com a área/eixo profissional, contribuindo com uma parcela considerável

de estudantes que são aprovados no processo seletivo e que não se identificam com o curso.

1.4 Objetivos

Objetivo Geral

Analisar, sob a perspectiva dos estudantes, a oferta do Ensino Médio por escolas públicas no município de Paraíso do Tocantins.

Objetivos Específicos

✓Averiguar qual a percepção dos estudantes acerca do que fazem as escolas públicas que ofertam o Ensino Médio;

✓Investigar os motivos que levaram os alunos do Ensino Médio a escolherem suas escolas;

✓Verificar qual influencia recebem para o ingresso e a permanência nos cursos de Ensino Médio ofertados pelas escolas de Paraíso do Tocantins;

✓Verificar se os estudantes conhecem as formas de oferta do Ensino Médio em Paraíso do Tocantins.

1.5 Organização do trabalho

Este trabalho está organizado e disposto de forma a delinear o percurso pelo qual a pesquisa perpassou. A introdução destina-se a contextualizar e esclarecer as intenções desta pesquisa. O segundo Capítulo, destinado ao debate teórico, versa sobre algumas concepções e políticas destinadas ao Ensino Médio nos últimos 15 anos, incorpora as mais recentes contribuições de teóricos que, com propriedade, discorrem sobre a temática. O terceiro Capítulo contempla as discussões e reflexões sobre o mundo em que o jovem contemporâneo está inserido. Ainda discute um modelo ideal de escola de Ensino Médio para atender as demandas destes jovens. No quarto Capítulo, de caráter descritivo, contextualizador, está o modelo de gestão adotado pelo Estado de Tocantins nos últimos anos, e um panorama do Ensino

Médio e Profissional neste Estado, nos possibilitando conhecer o cenário de onde emergiu o problema. Segue-se Capítulo destinado à proposta metodológica utilizada na investigação do problema. Então apresentados os resultados da pesquisa e discussão a respeito dos mesmos, seguido das considerações finais.

CAPÍTULO 2 - O ENSINO MÉDIO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS

Para alguns autores, como Kuenzer (1997), o Ensino Médio, no Brasil, caracterizou-se como um imbróglio, pois ora se defende um ensino de caráter geral, ora se defende um ensino profissionalizante. E isso tem acompanhado este nível de ensino desde os seus primórdios até os dias atuais, sendo que já no início da educação brasileira, o ensino propedêutico era destinado aos filhos dos mandatários da Corte, e para os filhos dos índios, negros, mestiços e trabalhadores em geral, restavam o ensino de caráter profissionalizante.

2.1 O Ensino Médio após a LDB 9.394/1996 e o Parecer CEB/CNE nº 15/1998

Por ser historicamente conhecido como uma etapa da Educação Básica com diretrizes e políticas diferenciadas para os que fazem parte de camadas sociais diferentes, determinadas pela divisão social do trabalho, o Ensino Médio também lembra uma fase da educação básica caracterizada por sua seletividade e vulnerabilidade frente às desigualdades sociais.

Nos anos 90, sobretudo após a Lei 9.394/96 e o Decreto 2.208/1997 do Governo Federal, a intenção de superar a dualidade existente no Ensino Médio passa a fazer parte dos discursos. Após toda a (re) modelagem conferida ao Ensino Médio, este (re)/surge como um curso que formaria o aluno para a vida (formação propedêutica) e para a inserção no mercado de trabalho (formação profissional), acontecendo através de formação optativa ou complementar.

O Decreto 5.154/2004 revoga o Decreto 2.208/1997 e estabelece que “a Educação Profissional (...) será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio”. Desta forma, este Decreto, longe de superar a histórica dualidade estrutural desta fase da educação básica, volta a estabelecer a flexibilização do Ensino Médio compulsório presente na Lei nº 5.692/1971.

Ao se tentar fazer uma adequada análise da reestruturação acontecida no Ensino Médio nos últimos tempos, é preciso considerar que todas elas aconteceram em função de demandas do mundo do trabalho e que todas as políticas

educacionais foram traçadas sob determinações que permeiam a relação entre o capital e o trabalho.

Kuenzer (2000) contribui dizendo:

[...] a história do Ensino Médio no Brasil revela as dificuldades típicas de um nível de ensino que, por ser intermediário, precisa dar respostas à ambigüidade gerada pela necessidade de ser ao mesmo tempo, terminal e propedêutico. Embora tendo na dualidade estrutural a sua categoria fundante, as diversas concepções que vão se sucedendo ao longo do tempo, refletem a correlação de funções dominantes em cada época, a partir da etapa de desenvolvimento das forças produtivas (KUENZER, 2000a, p.13).

Estudando os modelos de produção no Brasil e sua relação com o Ensino Médio, entendemos claramente o que Kuenzer e outros autores nos colocam sobre o fato de as políticas e diretrizes do ensino médio sempre atenderem às demandas do sistema de produção, adotando concepções e ideologias de determinados grupos ou governantes.

Artigos produzidos por Kuenzer nos apresentam uma série de dispositivos legais, que uma vez cumpridos, serão argumentos suficientes para a retomada da elevação do padrão de qualidade da educação brasileira e, por consequência, do Ensino Médio.

Quanto a LDB e suas contribuições ao Ensino Médio, observamos que o encaminhamento de vários projetos da nova LDB ao congresso nacional foi seguido por discussões intensas e grandes pressões de segmentos da sociedade. Então, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com base no projeto encaminhado pelo senador Darcy Ribeiro, foi aprovada. Este mesmo senador foi acusado de articular interesses do governo, e a nova LDB, resultante de seu projeto, é conhecida por não atender aos interesses dos educadores. Conhecida por ser uma lei bastante flexível, e uma flexibilização que acusam existir com a intenção de enquadrar-se aos padrões de privatização.

O ajuste da economia brasileira com o fim de reestruturação da produção provoca a abertura e a subordinação do mercado brasileiro à economia internacional como consequência das mudanças estruturais acontecidas na década de 90 e da inserção do Brasil na economia mundial.

Nesta nova fase do capitalismo, em que a economia do Brasil fica internacionalizada, a educação é considerada um fator determinante na competitividade que ora se estabelece.

A UNESCO e outros organismos internacionais influenciam profundamente a educação brasileira. As reformas iniciadas nesta fase do Brasil deram início a uma enxurrada de programas financiados pelo Banco Mundial com vistas a cumprir sua “missão” de reduzir a pobreza em países em desenvolvimento.

Kuenzer (1997, p.66) complementa que a política neoliberal que caracteriza o Estado brasileiro desde o início da década de 1990 é expressão superestrutural da reorganização produtiva, por meio da qual o país se articula ao movimento mais amplo da globalização da economia; exige a redução da presença do Estado no financiamento das políticas sociais e aumento da flexibilidade, qualidade e produtividade no sistema produtivo, bem como a racionalização do uso dos recursos.

Neste contexto, a nova LDB é apresentada estabelecendo que o Ensino Médio seja obrigatório e gratuito. No entanto, o governo federal, contrariamente, incentiva e investe recursos no ensino fundamental, deixando a expansão do Ensino Médio a cargo dos Estados.

A reforma do Ensino Médio, a partir da LDB, teve suas proposições mais efetivamente consolidadas no Parecer CEB/CNE nº 15/1998¹ e na Resolução CEB/CNE nº 03/1998, que propuseram uma reformulação curricular que contemplasse as novas demandas desta fase da Educação Básica. Considerando essas novas Diretrizes Curriculares, as disciplinas do Ensino Médio passam a ser divididas em blocos de conhecimento: a base comum e a base diversificada. A base comum é composta por três áreas do conhecimento (línguas e códigos, ciências da natureza e matemática e ciências humanas).

Para o MEC, o Ensino Médio passa a ter uma característica de terminalidade e é concebido como etapa final da Educação Básica, o que muda sua característica conferida com a LDB anterior (Lei nº 5692/1971), que estabelecia que o Ensino Médio tivesse dupla função: preparar para o prosseguimento dos estudos e para uma profissão.

¹Parecer aprovado em 01 de Junho de 1998 pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. O documento apresenta propostas de regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino médio.

Reconhece-se a ineficiência de reformas feitas somente em leis, para transformar a realidade educacional de uma sociedade com este histórico de contradições, exclusões e beneficiar a interesses de poucos em detrimento da necessidade de muitos. É primordial vencer a dualidade estrutural que se impõe ao longo dos tempos e continua mantendo redes diferenciadas de ensino.

Precisa-se conferir à formação dos alunos do Ensino Médio, especialmente o público, subsídios intelectuais, desalienantes e emancipatórios necessários à superação desta dicotomia. Neste sentido, transcender ao Decreto 5.154/2004, que dá continuidade a esta dualidade estrutural do Ensino Médio, pois continua não integrando escolas e currículo do ensino “para a vida e para o trabalho”.

2.2 As mais recentes reformulações

2.2.1 O Ensino Médio Inovador

O Programa Ensino Médio Inovador² surgiu como uma forma de incentivar as redes estaduais de educação a criar iniciativas inovadoras para o Ensino Médio (BRASIL, 2009). A intenção é fomentar nas redes estaduais de educação o pensamento de novas soluções que diversifiquem os currículos com atividades integradoras, a partir dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para melhorar a qualidade da educação oferecida nessa fase de ensino e torná-la mais atraente.

A proposta do MEC tem cinco questões centrais a serem discutidas no currículo do Ensino Médio. A primeira é estudar a mudança da carga horária mínima do Ensino Médio para 3 mil horas – um aumento de 200 horas a cada ano. Outra mudança é oferecer ao aluno a possibilidade de escolher 20% de sua carga horária e estrutura curricular, dentro das atividades oferecidas pela escola. Faz parte ainda da proposta, associar teoria e prática, com grande ênfase a atividades práticas e experimentais, como aulas práticas, laboratórios e oficinas, em todos os campos do saber; valorizar a leitura em todas as áreas do conhecimento; e garantir formação cultural ao estudante (BRASIL, 2009).

² O documento de criação do Ensino Médio Inovador encontra-se na íntegra no Anexo 1 deste trabalho.

A proposta surge com o objetivo de dar significado a esta etapa do ensino brasileiro e é resultado de esforços de grupos de estudos do MEC juntamente com a equipe para assuntos estratégicos do governo. Juntam-se para um estudo visando a proposta de um Ensino Médio mais atrativo e com qualidade a todos os jovens e adultos.

Segundo Cordeiro, Venturi e Hollanda (2009) a proposta foi apresentada para superar a fragmentação do conhecimento com a organização dos conteúdos em quatro eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Afirmam ser uma proposta ousada, pois para atingir aos anseios da mesma, há a necessidade de grandiosos investimentos em capacitação de professores, o que demandaria anos para sua implementação.

Segundo estes autores, nesta proposta não veem uma educação com regras estáveis, pois, quantas alterações já foram introduzidas no texto original da LDB. Acrescentam ainda que:

Disciplinas novas são criadas e tornam-se obrigatórias como se novos adereços fossem resolver o grande problema que temos hoje na educação: o aluno não consegue ler, interpretar, escrever, se comunicar nem fazer conta. (CORDEIRO, VENTURI e HOLLANDA, 2009, p.11)

Contudo, esta iniciativa do MEC sobre o programa Ensino Médio Inovador se caracteriza como uma relevante tentativa de resgatar o Ensino Médio que vem sofrendo desgastes cada vez que são divulgados resultados de pesquisas, programas e exames.

A respeito disto Cordeiro, Venturi e Hollanda (2009) afirmam:

Os resultados desses instrumentos de avaliação da Educação Básica têm demonstrado já há algum tempo a urgência em se rever o trabalho pedagógico das escolas brasileiras. Se por um lado o ordenamento legal apresenta uma proposta inovadora para a Educação Básica, por outro lado, na prática, não estão concretizados os dispositivos legais da LDB nem das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio. Não se pode pensar uma experiência pedagógica isolada do contexto da Educação Básica. Se essa experiência pedagógica inovadora retoma a questão da contextualização logo, no grupo de escolas que irá aderir ao programa o ensino fundamental deve ser contemplado, caso contrário perde-se a visão da Educação como um todo. (2009, p. 16.)

Na proposta inovadora para o Ensino Médio, o Projeto Político Pedagógico é retomado como alicerce para sua efetivação. Ele deve apresentar-se com a integração entre os eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia com os seguintes indicadores:

- Contemplar atividades integradoras de iniciação científica e no campo artístico-cultural;
- Incorporar, como princípio educativo, a metodologia da problematização como instrumento de incentivo a pesquisa, a curiosidade pelo inusitado e o desenvolvimento do espírito inventivo, nas práticas didáticas;
- Promover a aprendizagem criativa como processo de sistematização dos conhecimentos elaborados, como caminho pedagógico de superação a mera memorização;
- Promover a valorização da leitura em todos os campos do saber, desenvolvendo a capacidade de letramento dos alunos;
- Fomentar o comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos deveres e direitos da cidadania; praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade;
- Articular teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais;
- Utilizar novas mídias e tecnologias educacionais, como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem;
- Estimular a capacidade de aprender do aluno, desenvolvendo o autodidatismo e autonomia dos estudantes;
- Promover atividades sociais que estimulem o convívio humano e interativo do mundo dos jovens;
- Promover a integração com o mundo do trabalho por meio de estágios direcionados para os estudantes do ensino médio;
- Organizar os tempos e os espaços com ações efetivas de interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos;
- Garantir o acompanhamento da vida escolar dos estudantes, desde o diagnóstico preliminar, acompanhamento do desempenho e integração com a família;
- Ofertar atividades complementares e de reforço da aprendizagem, como meio para elevação das bases para que o aluno tenha sucesso em seus estudos;
- Oferta de atividade de estudo com a utilização de tecnologias de informação e comunicação;

- Avaliação da aprendizagem como processo formativo e permanente de reconhecimento de saberes, competências, habilidades e atitudes (BRASIL, 2009, p.11).

Como proposições curriculares do Programa são apresentadas carga horária mínima de 3.000 (três mil) horas; estímulo às atividades teórico-práticas apoiadas em laboratórios de ciências, matemática e outros processos de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento; centralidade na leitura enquanto elemento basilar de todas as disciplinas, utilização, elaboração de materiais motivadores e orientação docente voltados para esta prática; fomento de atividades de artes de forma que promovam ampliação do universo cultural dos alunos; o mínimo de 20% da carga horária total do curso em atividades optativas e disciplinas eletivas a serem escolhidas pelos estudantes; atividade docente com dedicação exclusiva à escola; projeto Político Pedagógico implementado com a participação efetiva da Comunidade Escolar e a organização curricular articulada com o Sistema de Seleção Unificado (novo ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio).

Cordeiro, Venturi e Hollanda (2009) afirmam que a proposta demonstra a grande preocupação em viabilizar os dispositivos da legislação. Também com a atividade docente com dedicação exclusiva à escola percebe-se um diferencial significativo no projeto inovador, exigindo um investimento expressivo no plano de cargos, salários, formação continuada e avaliação do professor.

Não podemos deixar de levantar a questão de que os Indicativos aqui elencados já se encontram legitimados desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, que determina, desde 1996, e na sequência, a Resolução nº 03/98 CNE/CEB as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Mas há o que se pensar: a proposta inovadora deve necessariamente cumprir os dispositivos legais já existentes os quais permaneceram estagnados até então? A inovação não se pode se ater apenas ao Ensino Médio, segundo os autores, mas sim deve ser estendida para a educação básica como um todo, iniciando-se na Educação Infantil; o projeto do MEC está preocupado apenas com uma minoria, descartando a grande maioria das instituições de ensino que necessitam de um socorro imediato; alterar os eixos estruturantes não é satisfatório para se chegar a um padrão de qualidade mínimo; o envolvimento dos cursos de formação de

professores deve ser parte integrante dessa luta, pois um círculo vicioso já se instalou na educação brasileira: o professor que sai da academia é o resultado da educação básica – ensino fundamental e médio.

O projeto inovador é opcional e ofertado para uma minoria, já o Novo Enem, para uma maioria absoluta que não terá acesso ao Ensino Médio Inovador.

2.2.2 Os protótipos curriculares do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: uma análise no resumo executivo

Temos presenciado inúmeras transformações globais da sociedade, da economia e do trabalho, em nível macro. Estas transformações acabam influenciando na educação, na escola, na qualidade do ensino, na forma do ensino e, pressionam as instituições escolares do todo o mundo para que busquem novas abordagens educativas (BRASIL, 2011 p. 5).

Em maio de 2011, objetivando avançar em um debate não tão novo, o CNE – Conselho Nacional de Educação e a representação da UNESCO do Brasil promoveram, na cidade de Brasília-DF, uma audiência pública onde se propôs a adoção de protótipo curricular de Ensino Médio orientado para o mundo do trabalho e à prática social, bem como do protótipo curricular para o Ensino Médio Integrado.

Os protótipos curriculares colocados em debate na ocasião foram resultantes de estudos desenvolvidos pela UNESCO na última década, com apoio do Ministério da Educação, denominados “Currículos de Ensino Médio”. Tais estudos buscaram aprofundar as discussões e construir propostas curriculares que de fato tornassem efetivas no processo de ensino-aprendizagem as finalidades previstas para essa etapa da educação básica, por meio de mecanismos viáveis para a integração entre a educação geral, a educação básica para o trabalho e a educação profissional técnica de nível médio.

Estas Orientações Curriculares dão ênfase à função social do Ensino Médio e ao eixo estruturante do currículo:

[...] o eixo do currículo deverá ser o trabalho compreendido como práxis humana, e não apenas como práxis produtiva, a partir do que não há dissociação entre educação geral e formação para o trabalho. Toda educação é educação para o trabalho, que não se confundirá com formação

profissional *stricto sensu*. Assim, a formação profissional, em sua dimensão básica, está presente na base nacional comum e não se confunde com a parte diversificada, que também atenderá a ambas as finalidades[...] (UNESCO, 2011).

Percebe-se, de forma evidenciada, que as Orientações Curriculares dialogam com os protótipos, desde a sua concepção até a proposta de operacionalização, por meio de projetos nos quais ocorre a integração curricular.

Nos protótipos apresentados, a formação geral está voltada para o mundo do trabalho e para a prática social, como determina a Lei nº 9.394/96, de forma a garantir as aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e capacidades básicas exigidas para o exercício de todo e qualquer tipo de atividade laboral, além de preparar o jovem para a cidadania e o prosseguimento dos estudos, promovendo o aprimoramento dos valores humanos e das relações pessoais e comunitárias (BRASIL, 2011).

A iniciativa configura-se em proposição importante para a formulação de políticas públicas de enfrentamento dos desafios da oferta de um Ensino Médio inclusivo, com significado e de qualidade, que proporcione a formação humana e integral da juventude brasileira e combata a evasão e a repetência.

Os protótipos sugerem uma forma de operação do currículo através de ações, tais como: revisão anual do projeto pedagógico e do currículo escolar; viabilização de semana de integração escola/comunidade, semana de diagnóstico e semana de planejamento das atividades de intervenção; organização dos diagnósticos (pesquisas) e das atividades de transformação partindo da própria escola e da moradia dos estudantes, ampliando o contexto para a ação comunitária e transpondo para a vida em sociedade, por meio das dimensões articuladoras (trabalho, ciência, cultura e tecnologia) e das áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas). Segundo o Setor de Educação da UNESCO, a inclusão da Matemática como área específica do conhecimento procura seguir uma tendência normativa indicada pela matriz de competências do novo Enem e pelo Ensino Médio Inovador, através do Parecer CNE/CEB 11/2009.

Os protótipos, após analisados coletivamente em audiência pública, partem, portanto, de uma opção metodológica fundamental: são valorizadas as formas

didáticas que privilegiam a atividade do estudante no desenvolvimento de suas capacidades e na construção do conhecimento, com ênfase em projetos e atividades de investigação, de intervenção ou de aprendizagem que preconizam ampla participação e efetivo protagonismo juvenil. Operacionalizá-los, entretanto, é que se configura questão crítica: para a efetivação da proposta há que se garantir condições estruturais no que refere à formação docente, na aplicação adequada de recursos e insumos disponíveis para a educação, enfim, na necessária reorientação do olhar para o contingente diverso que compõe a clientela do Ensino Médio na atualidade (BRASIL, 2011).

CAPÍTULO 3 - OS DESAFIOS DOS JOVENS BRASILEIROS NOS DIAS ATUAIS E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Há um tempo, em função do grande número de jovens que formava a população brasileira, o Brasil foi considerado o país do futuro. Hoje, mesmo estando em um processo de envelhecimento da população, o jovem ainda representa expressiva parcela da população brasileira.

Frente a estes dados nos indagamos: Quem são os jovens que chegam às escolas de ensino médio no Brasil? Quais são seus desejos, expectativas? O que os jovens esperam da escola e o que a escola está sendo capaz de oferecer a ele?

O presente capítulo aborda os desafios que jovens brasileiros enfrentam nos dias atuais. Problematizamos a condição juvenil atual, suas demandas, sua cultura, e, respaldamos as observações e elucidações à luz de literaturas e trabalhos já existentes.

A partir da década de 80, com a chegada de novos contingentes populacionais ao ensino secundário, e principalmente na década de 1990, com a grande expansão do número de matrículas, um heterogêneo grupo de jovens chega ao Ensino Médio brasileiro. Nesse contexto, avistamos uma nova configuração da realidade da escola pública, decorrente da recente expansão das oportunidades escolares, não acompanhada pela qualidade do ensino, o que levanta novas questões e dilemas para a compreensão da experiência escolar dos jovens (DAYRELL, 2009).

A juventude é marcada pelo processo de construção de identidade. A este processo juntam-se situações individuais, familiares, sociais, culturais e históricas. Abromo (2005b) afirma que este complexo processo acontece em níveis simultâneos: pessoal, geracional e social.

Para Abromo (2005), no nível pessoal, o jovem busca um reconhecimento de si mesmo, com características próprias para poder construir sua identidade individual. Busca o reconhecimento de si mesmo nos outros, que possam ser significativos para si. Procura características que desejaria tê-las e que esteja na mesma etapa da vida, modos de vida, práticas juvenis e comportamentos. Essa busca leva-o a constituir a identidade geracional. Percebe um reconhecimento de si mesmo num grupo, num coletivo maior, em um grupo social que define ao dividir uma situação comum de

vida e convivência. O ambiente, o entorno serão colaboradores na construção de sua identidade.

Este ambiente, este entorno que colabora para a construção da identidade do jovem é específico de cada jovem no Brasil. Podemos afirmar que temos uma diversidade de ambientes externos colaboradores, considerando o quantitativo de jovens existente em terreno nacional. E é justamente essa diversidade que vai levar a estilos de vida juvenil diferentes. É preciso entender que os estilos de vida do jovem são muito diferentes devido à rede de relações que estes estabelecem desde o seu nascimento até tornarem-se autônomos. E cada um dentro de seu contexto, vai estabelecendo seu estilo de vida.

A situação social dos jovens leva à tradução dos diferentes percursos experimentados e vividos no tempo e em um determinado espaço físico. Os jovens têm trajetórias de vida muito diferentes. E de acordo com Lima (2004), são justamente estas trajetórias que nos alertam de que hoje não se pode mais falar em juventude no singular, mas em juventudes, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição.

Essas trajetórias lembram mudanças experimentadas nos modelos e processos de entrada na vida adulta, o que nos leva a entender a etapa de vida denominada como juventude como uma etapa de transição, de mudanças.

Esta juventude com todas estas especificidades citada acima freqüentam as turmas de Ensino Médio no Brasil. São jovens com gênero, idade, etnia, fases, configurando uma época cuja duração não é para sempre. Essa realidade vai depender de suas condições materiais e sociais, de seus contextos, de suas linguagens e de suas formas de expressão. As características inerentes ao jovem acabam fazendo com que a sociedade de uma maneira geral o veja sem identidade própria, o considera adulto para algumas exigências e o infantiliza em outras (LIMA, 2004).

Mesmo a juventude estando presente em todas as classes, esta não acontece de forma homogênea a todos. Pochmann (2004, p. 231) explica que “o modo de ser jovem difere muito, principalmente quando há diferenças significativas entre estratos de renda no conjunto da população”.

Certamente, estes caminhos de vida que perpassam a etapa juvenil, também podem levar a múltiplos desfechos, justamente devido à pluralidade da palavra

juventudes e às condições juvenis que possam ser identificadas, onde poderemos encontrar trajetórias bem sucedidas, ou então, trajetórias fracassadas. Isto vai depender das situações vividas por cada jovem, onde a variação que mais contará e será fator de previsibilidade, serão os desempenhos educacionais obtidos no ambiente escolar. Ambiente este que deverá contar com liberdade de expressão, segurança, democracia e que as relações sociais aí desenvolvidas, não se constituam numa barreira, num entrave para empobrecer o espaço escolar, mas que sejam carregados de compreensão, diálogo e muita afetividade.

São estes jovens, com todas as características citadas acima, que cursam o ensino Médio no Brasil.

As idéias centrais discutidas aqui situam-se no contexto da crise da escola, especificamente do Ensino Médio. Dayrell contribui:

Sabe-se que os dilemas enfrentados pela educação nos últimos anos não se restringem ao Ensino Médio, tampouco ao contexto brasileiro. Tais dilemas têm sido definidos como uma crise de legitimidade da escola (Stoer, 2001; Correia e Matos, 2001; Krawczyk, 2009); como reflexo das profundas mutações que vêm afetando as sociedades ocidentais (Dayrell, 2007); como um momento de mutação na educação (Canário, 2005) ou ainda como uma “etapa não apenas de estancamento, mas de regressão no campo educativo” (Gadotti, 1992, p. 75) (DAYRELL, 2009, p. 04).

Qualquer que seja o pensamento utilizado para conceituar a situação vivida atualmente pela escola e pela educação, o que se tenta deixar evidente é “*uma situação de incongruência entre o que a sociedade espera da escola, e o que a escola tem sido capaz de oferecer à sociedade*” (DAYRELL, 2009, p.04).

A este respeito, Dayrell (2009) ainda acrescenta, ao fazer a apresentação de uma série denominada *Juventude e Escolarização - Os sentidos do Ensino Médio*:

[...] problematizar a escola de ensino médio e o jovem brasileiro, nos elucida que devemos mudar o eixo de reflexão das escolas para o próprio jovem, tendo em vista que a escola deve ser repensada levando em consideração os desafios que a juventude as coloca [...] (DAYRELL, 2009, p.04).

Dayrell (2009) diz que “*Quando o ser humano passa a se fazer novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente*”.

Especificamente no Ensino Médio, há a forte tensão na relação dos jovens com a escola (Correia e Matos, 2001; Dayrell, 2007; Krawczyk, 2009). No Brasil, apesar de todo o empenho para tornar o ensino universal, principalmente quanto a

educação básica, não há, através da educação, um projeto efetivo de desenvolvimento do país, o que para um grupo de jovens brasileiros tem significado a saída de uma etapa importante da vida, uma vez que a universalização desta etapa da educação encontra um funil justamente no Ensino Médio, apesar do aumento das matrículas nos últimos anos.

Madeira (2006) apud Dayrell (2009) defende a democratização do acesso a este nível do ensino como meio de possibilitar aos jovens vivenciar a juventude e prolongar a entrada na vida adulta. Nesse sentido, argumenta:

[...] a dificuldade de expansão do Ensino Médio está fortemente relacionada às desigualdades regionais do país. No censo de 2000, enquanto 47,6% dos jovens da Região Sudeste, de 15 a 17 anos, frequentavam o Ensino Médio, no Nordeste esse número era de 19,9%, muito abaixo da média nacional, de 35,7%. Pesquisa recente do IPEA (2008) mostra que esse quadro de contraste regional tem se mantido estável, com frequência líquida no Sul/Sudeste atingindo 58%, contra 33,3% no Norte/Nordeste (Ensino Médio Inovador, 2009) [...] (MADEIRA, 2006 apud DAYRELL, 2009, p.05).

Recentemente, Krawczyk (2009), expõe alguns desafios que o ensino médio brasileiro deve enfrentar. A autora revela que estes desafios devem ser pensados no âmbito das políticas públicas para o Ensino Médio. Destaca os seguintes desafios como centrais para o debate: a expansão das matrículas e a obrigatoriedade desta etapa do ensino, o que implica pensar nos custos; a permanente tensão entre formação geral e/ou profissional e, por consequência, o currículo do Ensino Médio, o que implica pensar a identidade deste nível de ensino; o público e o privado nos discursos e nas políticas educacionais para a juventude; as relações professor/aluno e jovem/adulto no contexto escolar; o papel da escola de nível médio na vida dos jovens.

Acrescentamos a estes desafios a necessidade de estímulo à participação dos jovens no cotidiano das suas escolas e a importância de desvendar o sentido atribuído pelos jovens à educação e à escola, o que poderia apontar importantes indícios para a construção de um projeto político pedagógico para as escolas de Ensino Médio que respondesse às demandas concretas da juventude.

Um grande número dos jovens brasileiros reside em áreas urbanas, e precisam, mais cedo ou mais tarde, se inserir no mercado de trabalho e de consumo. Essa inserção apresenta um resultado interessante quando se considera a relação

entre a necessidade de trabalhar e as oportunidades e expectativas acerca da educação, principalmente aquela que compete ao Ensino médio.

Muitas vezes, pela necessidade de trabalhar o jovem brasileiro deixa de estudar para dar início a uma vida produtiva. Esta atitude em algumas situações contribui para o engrossar das pesquisas referente a evasão do jovem brasileiro das escolas. Outra parcela de jovens pode optar por continuar os estudos e tem a possibilidade da escolha de começarem a vida produtiva e concorrerem vagas em empregos depois da conclusão desta etapa da educação básica (Ensino Médio), ou mesmo após a conclusão de curso superior.

O fato é que o jovem trás consigo todo este leque de necessidades e a escola precisa se preparar para atender a todos, sem exceção. Neste sentido muito já se discutiu acerca de propostas para esta etapa da educação básica, bem como quanto as promessas que não foram realizadas (Ferretti, 2003; Zibas, 2005; Kuenzer, 2000), além dos debates sobre a identidade desse nível de ensino (Castro, 2008; Oliveira, 2008; Ramos, 2003), da necessidade de se pensar uma política nacional, implementada de forma descentralizada e autônoma pelas unidades da federação (Domingues et al., 2000), o que inclui outras questões, como por exemplo a questão do financiamento.

Várias destas questões, quem sabe todas, continuam por ser resolvidas. Muito já está sendo feito, no entanto, o arcabouço teórico consultado para esta pesquisa nos evidencia certas contradições que já são recorrentemente citadas por outros autores com relação as políticas para o Ensino Médio no Brasil.

Diante do que foi apresentado, de jovens com várias demandas e diferentes cobranças, nos são apresentadas propostas (capítulo anterior) que ainda levarão um tempo para deixarem de ser protótipos, e se tornarem realidade na vida do jovem cidadão brasileiro com demandas urgentes.

3.1 A função social da escola de Ensino Médio

Como o foco desta pesquisa é analisar como os estudantes de escolas públicas compreendem a oferta do ensino médio, é conveniente que continuamos a refletir sobre a juventude, reconhecendo-a composta por sujeitos capazes de desenvolver a sua própria visão do universo em que estão inseridos.

Andrade (2010) faz considerações a respeito da juventude em transformação e nos propõe a refletir para compreendê-la a partir de seus modos de vida diversos, sendo estes decorrentes não só da estratificação social, “*mas de especificidades étnicas, de gênero, de modos de vida, de hábitos, lazer e cultura*” (ANDRADE, 2010).

A escola média neste sentido, deve se estabelecer num lugar democrático onde o estudante aprenda e exercite a autonomia, compreendendo os limites sociais e contribuindo com a formação integral dos jovens.

Lima (2004) analisa a juventude no Brasil e afirma que são jovens de 15 a 17 anos que cursam o ensino médio. Buscando compreender estes sujeitos alicerçados no estudo sobre a juventude, colocamos em questão esta fase da vida buscando o direito de ser jovem e de ter direitos garantidos enquanto pessoa. Dayrell (2009) relata ser necessário compreender a juventude brasileira na condição de sujeitos sociais, levando em consideração suas ações e seus projetos de futuro.

Muitos jovens do ensino médio também estão ligados ao trabalho, além de outras atividades vinculadas ao seu grupo social. Isso nos faz refletir que são pessoas que constroem uma realidade e participa de um processo de crescimento num conjunto de experiências vivenciadas. Neste sentido podemos nos referir aos jovens do ensino médio como sujeitos concretos, com experiências singulares, cuja trajetória de vida, que nos fornecerão elementos a serem analisados, nos reportando neste momento, aos jovens que foram sujeitos desta pesquisa

É interessante identificar as características sociais dos jovens que cursam o ensino médio para que se possa pensar como se corrige erros ou propostas que não vem dando certo, pensar em reestruturá-las a partir do entendimento, também integral do jovem, dando assim, sentido ao Ensino Médio público no Brasil.

A escola pública se estabelece como um espaço democrático dentro da sociedade contemporânea. É o espaço para estimular o pensamento crítico, disseminar e contextualizar informações e de motivar o aluno na busca de mais conhecimento. Além destas funções a escola agrega ser o lugar de socialização dos jovens e adolescentes. A escola deve ser um espaço de disseminação da educação não alienada, que tem por finalidade a formação do cidadão para que este possa realizar as mudanças necessárias na sociedade objetivando acabar com sistemas que impedem seu livre desenvolvimento.

Saviani (2000, p. 36) diz que o cidadão "(...) existe num meio que se define pelas coordenadas de espaço e tempo. Este meio condiciona-o, determina-o em todas as suas manifestações." Com a afirmação de Saviani percebemos a função da escola na formação do cidadão.

Para Saviani (1997) a educação produz nos indivíduos a humanidade, alcançando sua finalidade, sua função social, quando os indivíduos se apropriam dos elementos necessários a sua humanização.

O trabalho educativo, principalmente os desenvolvidos e estimulados no seio das escolas públicas de ensino médio, devem garantir a possibilidade dos jovens tornar-se livres, conscientes, responsáveis, efetivando a humanização que Saviani defende. Para isso, as escolas devem tornar suas atividades esclarecedoras, envolventes, investigativas, reflexivas, buscando explicar a realidade e possibilitando ao jovem a compreensão da complexidade da realidade que está inserido.

Saviani (2000, p.35) ainda contribui "(...) a educação visa o homem; na verdade, que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?" E continua sua indagação ao refletir "(...) uma visão histórica da educação mostra como esta esteve sempre preocupada em formar determinado tipo de homem. Os tipos variam de acordo com as diferentes exigências das diferentes épocas."

A LDB 9.394/96 e os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio apontam que a escola tem que assumir o investimento em uma educação que supere a mera reprodução, o instrucionismo, uma forma de educar que não atende as necessidades dos jovens brasileiros. A escola deve investir em ações que valorize a reflexão crítica de seus estudantes (BRASIL, 1996).

Frigotto (2003) entende que os jovens da escola pública estão envolvidos e participam do papel social da escola. Analisando a realidade dos jovens de escola pública, o autor comenta que no aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens das classes trabalhadoras, a contradição se radicaliza, se considerar que a maior produtividade do trabalho fez crescer o número de jovens que trabalham em atividades dos mais diferentes tipos, para contribuir com os pais na composição da renda familiar.

Diz Frigotto (2003) que o capitalismo não dá a chance de o jovem escolher se quer ou não trabalhar, isso lhe é imposto. Para ele, a escola é atingida por esta contradição social quando assume e incentiva a formação para o mundo do trabalho.

Frigotto (2003) vê a escola como uma das poucas saídas para os jovens que contam com ela como para a aquisição do conhecimento, e diz que a escola deve efetivamente garantir que os jovens compreendam e atuem no mundo das coisas, da natureza, bem como no mundo humano, político, cultural, estético e artístico para serem cidadãos ativos, ao contrário de cidadãos produtivos.

O autor nos esclarece que ao “dominar” estes aspectos, o estudante estará preparado para exercer a cidadania, fazer escolhas conscientes e então enfrentar o mundo do trabalho na condição de cidadão politizado, longe de uma postura de alienação e refém do que determina o mercado capitalista.

Ainda neste debate, Kuenzer (2007) nos alerta sobre a dupla função que a escola tem, preparar o estudante para a continuidade dos estudos e para o mercado de trabalho. Especialmente no Ensino Médio, Kuenzer (2007) indica que no preparo para as duas realidades (trabalho e continuidade dos estudos), a escola deve assumir a obrigação de criar propostas a partir de seu contexto, suas necessidades.

Kuenzer (2007) acrescenta que a escola não pode continuar assumindo a distribuição desigual do conhecimento. Não pode seguir com a divisão do conhecimento entre atividades braçais e intelectuais. A autora coloca esta não superação do paradigma taylorista-fordista³ como um ranço do que acontecia e ainda acontece na sociedade.

Assim, Kuenzer (2007) orienta que elaborar e disponibilizar aos jovens da escola pública que vivem do trabalho a co/relação entre teoria e prática, entre o conhecimento o trabalho e a cultura, disponibilizar a estes jovens todas as faces do conhecimento e toda a construção deste processo é a nova finalidade do Ensino Médio público no Brasil. Se empenhar em relacionar-se com o trabalho, afinal estamos falando de jovens que precisam(rão) dele, mas nunca ser profissionalizante em detrimento de outras finalidades.

³ “Proposta pedagógica que ao longo dos anos, foi reconhecidamente orgânica às demandas de uma sociedade cujo modo dominante de produção foi a partir de uma rigorosa divisão entre as tarefas intelectuais e operacionais, caracterizada por tecnologia de base rígida, relativamente estável, com possibilidades de operações diferenciadas, que demandam comportamentos operacionais predeterminados e com pouca variação”. (KUENZER, 2001, p. 57)

Reportando-nos a nossa realidade e refletindo sobre o que Kuenzer nos alerta, fica evidente que as escolas públicas que ofertam o Ensino Médio no município de Paraíso do Tocantins, devem viabilizar a (re) construção de propostas pedagógicas que sejam reflexo das necessidades dos jovens e que contribua para a sua emancipação.

Kuenzer (2001, p 59) aponta que:

Não basta somente à escola lutar por esta causa, ou seja, pela construção e concretização do Projeto Político Pedagógico, mas abranger todos os envolvidos no processo da educação na escola. E que suas práticas e ações sejam consideradas com valor e que o PPP esteja sempre atualizado buscando constantemente uma solução para mudanças. (KUENZER, 2001, p.59)

Uma nova proposta para o Ensino Médio, segundo Kuenzer (2001), deve prever o enfrentamento de desafios e mudanças, deixando de lado os procedimentos apresentados pelo sistema de organização taylorista-fordista e preparar os estudantes para o enfrentamento e superação de uma sociedade com expressiva diferença de classes.

Nesta perspectiva, entende-se que toda ação ou política educacional voltada ao estudante, seja em nível local, seja em âmbito nacional, deve levar em consideração a compreensão e as necessidades dos cidadãos jovens brasileiros. Esta compreensão deve ser entendida, processada e externada por eles mesmos, para que conheça seus anseios, suas necessidades, suas fragilidades e suas potencialidades.

CAPÍTULO 4 - A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

Este capítulo analisará a oferta de Ensino Médio por instituições Públicas no estado de Tocantins e como se configurou, ao longo dos anos, a gestão da educação neste estado.

A Constituição de 1988 direciona para a necessidade de envolvimento da população na gestão da educação, e esta proposta é incorporada, sobretudo, com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/1996 em seus artigos 12,14 e 15. Nestes artigos são feitas referências à gestão democrática que atenda as particularidades, o envolvimento dos profissionais da educação e a participação da comunidade em conselhos escolares e/ou similares. Esta mesma lei orienta para a ampliação da autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Outros documentos, como o PNE - Plano Nacional de Educação, lei nº 10.172/2001, também estabelecem diretrizes para a gestão democrática. No entanto, Paro (2001) ao discutir a autonomia da escola, alerta para que não se confunda descentralização de poder, com descentralização de tarefas, uma vez que “[...] *o que se apresenta nas políticas de Educação por meio dos programas e projetos que estão sendo implantados em larga escala, não cabe a escola pensar, e sim somente executar[...]*” (PARO, 2001).

A gestão democrática das escolas surge como uma necessidade de envolver, em um movimento crescente e voluntário, gestores, professores, estudantes, pais e comunidade em geral, nas decisões mais importantes tomadas pela escola. Decisões que determinam que ações serão desenvolvidas, que programas serão adotados, para onde os recursos financeiros serão direcionados.

É vislumbrado, com o modelo de gestão democrática, o caminho mais concreto para se alcançar a educação de qualidade. A proposta surge como uma tentativa de distanciar as escolas de problemas que possam comprometer seu desempenho.

Ainda analisando modelos de gestão para a educação a partir dos novos paradigmas em educação, Ribeiro (2002) nos lembra sobre a carência de investimentos financeiros, dentre outros, como um dos grandes entraves para o desenvolvimento educacional e econômico do país. Com base nessa afirmativa, algumas estratégias de organismos nacionais e internacionais foram sazonalmente

desenvolvidas no Brasil e, financiadas por fundos igualmente temporários, como o Fundescola⁴ – Fundo de Fortalecimento da Escola.

Esse fenômeno de investimento de ONG's e outros organismos nacionais e internacionais impulsionaram, no âmbito das políticas educacionais, a reestruturação do sistema educacional, onde a proposição foi adotar modelos de gestão que favorecessem a descentralização administrativa, financeira e o planejamento estratégico dentro das escolas.

Neste modelo que se configura, principalmente após a LDB 9.394/1996, as escolas são credenciadas como protagonistas das políticas educacionais no Brasil. A tendência atual remete-nos a pensar qualidade da educação como resultado de um processo que acontece no interior da escola, e não em macroestruturas do sistema educacional. A escola, então, é eleita como o núcleo de reformas educacionais.

4.1 O modelo de Gestão adotado pelas escolas do Estado do Tocantins a partir de 1997

No estado do Tocantins as políticas educacionais são marcadas pelo estabelecimento de metas e, evidente, o cuidado para que estas sejam alcançadas. Nas Unidades de Ensino, onde as políticas e programas educacionais são efetivados, a constante busca pela eficiência e o para o alcance de metas por muitas vezes são questionados, alegando-se o detrimento de outros aspectos também importantes ao desenvolvimento educacional de um estado.

Em Tocantins, no ano de 1997, foi implantado o PEAGC – Programa de Escola Autônoma de Gestão Compartilhada, que, em 2002, passou a ser conhecido como PECGC – Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada. Este programa, com a proposta de descentralização de processos decisórios, sugeria que as escolas estabelecessem convênios com a SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura, para assegurar uma gradativa democratização da gestão da escola.

⁴ O Fundescola foi uma ação do MEC, financiada pelo Banco Mundial e executada pelo FNDE em parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação dos estados e municípios envolvidos. É um programa que busca dar efetividade as políticas públicas educacionais, tomando como eixo a gestão educacional e, sobretudo enfocando o fortalecimento das escolas e dos sistemas educacionais. É co-financiado pelo BIRD.

Caso a escola atendesse aos critérios e fosse credenciada, este convênio, executado pela UE – Unidade de Ensino, e gerenciado pela SEDUC, contemplava desde qualificação de funcionários, a estabelecimento de indicadores e metas para garantir a educação de qualidade (TO/SEDUC, 2000).

Dentre os requisitos para que a UE participasse do PECGC, estavam a criação e legalização da associação de apoio às escolas, as elaborações do PPP (Projeto Político Pedagógico) e do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação).

O PDE foi definido como “um processo gerencial de planejamento estratégico e coordenado pela liderança da escola e desenvolvido pela comunidade escolar” (MARRA, BOF, SOBRINHO, 1999, p. 8-9). Seu objetivo se volta para gestão da escola como eixo responsável pela melhoria da qualidade de ensino.

O Plano de Desenvolvimento da Escola, elaborado no início do ano letivo, deverá *aprimorar a gestão da escola*, melhorando a qualidade do ensino e garantindo mais eficiência e eficácia nos processos que desenvolve, observando-se as regras próprias, no qual deve estar incluída a Proposta Pedagógica da UE (TO/SEDUC, 2000c, p. 25).

No estado do Tocantins o PDE foi regulamentado por meio do Regimento Escolar, aprovado pelo CEE, resolução nº 126 de 16 de Dezembro de 1999. Então, algumas concepções, diretrizes e ações de uma proposta que veio do Banco Mundial, através do Fundescola, foi sendo paulatinamente assumida pelo estado com recursos próprios.

A gestão da época incorporou a idéia de planejamento estratégico para a educação do estado e, nesta perspectiva, a SEDUC, em 2001, promoveu a primeira eleição para diretores das escolas estaduais de Educação Básica por meio do edital nº 01/2001 da SEDUC-TO.

Após toda a intenção de democratizar a escolha dos diretores das Unidades de Ensino do Estado, este concurso foi ignorado e o poder central (SEDUC) indicou os diretores das UEs, ficando mais uma vez com a tomada de decisão.

Mesmo engatinhando para uma autonomia, e sendo palco de avanços e retrocessos nesta área, a educação no estado de Tocantins é submetida a relações íntimas com a elaboração e execução do PDE, com a intenção de desburocratizá-la. Estabelece-se, a partir de então, outra lógica de organização das escolas e sua

relação com a SEDUC, intencionando também cumprir com exigências estabelecidas pelas políticas de educação em vigor.

A partir de 1999, em Tocantins, foi iniciada uma série de adequações jurídicas e documentais para que o PDE fosse incluído como um dos instrumentos de gestão da educação no estado. Esta adequação é confirmada no Relatório de Atividades da Educação no Tocantins, que no item que trata da estrutura organizacional relata que:

A estrutura organizacional vigente, concebida em 1995, encontra-se hoje defasada em decorrência da incorporação em nossas ações, de diversos projetos e programas. Alguns criados pelo Estado como a Escola Autônoma de Gestão Compartilhada e outros implantados a nível nacional, como o caso do Fundescola (TO/SEDUC, 1999, p. 04).

Para se adequar às novas estruturas e necessidades educacionais do estado, foi necessária uma redefinição de papéis das várias instâncias no seio da educação Tocantinense. Para tanto, a SEDUC rediscute e reelabora o sistema estadual de ensino, deixando claro nas legislações, programas e projetos, que o foco é o sucesso do estudante, cabendo a SEDUC, assessorada pelo CEE – Conselho Estadual de Educação, o gerenciamento, normatização e fiscalização do sistema educacional do Estado.

Mais de uma década de implantação deste modelo adotado com a adesão ao Fundescola no estado, e verifica-se que este modelo de gestão é adotado pela gestão da educação do estado até atualmente, em meados de 2011.

Alguns programas⁵ foram implantados no estado como Amigos da Escola, Se liga e Acelera, Escola Ativa, Jovens Embaixadores, o projeto Liderança nas Escolas, na tentativa de se aproximar da educação de qualidade através de uma gestão democrática e compartilhada.

O PDE, que no estado conta com o apoio do Programa de Escola Autônoma de Gestão Compartilhada, de um modo geral tem possibilitado às escolas do Tocantins voltar-se para questões sobre o planejamento escolar. Este modelo, em

⁵ O programa amigos na escola tem como objetivo fortalecer o trabalho de voluntários na rede pública no estado do Tocantins, de modo que este fortalecimento reflita positivamente na gestão escolar e na melhoria dos resultados de aprendizagem. Demais programas que nos referimos e que são executados pelo governo do estado do Tocantins, podem ser conhecidos detalhadamente no site www.seduc.to.gov.br no link programas e projetos desenvolvidos.

contrapartida, diminui a capacidade de autonomia da escola, ao ampliar as formas de controle e avaliação das Unidades de Ensino feitas pelo órgão central (SEDUC).

Embora toda a contradição verificada nas políticas estaduais na perspectiva de estabelecer uma Educação Democrática e de Gestão compartilhada, entende-se essa reestruturação do sistema educacional em Tocantins como tentativa de fortalecer a gestão da escola, optando por um modelo baseado na descentralização administrativa, autonomia financeira, participação da comunidade e no planejamento estratégico.

Ribeiro (2006) afirma ser possível dizer, baseada em evidência empírica, que o PDE, modelo adotado no estado do Tocantins, contribui para a melhoria da eficácia das Unidades Escolares (aquisição de materiais pedagógicos, melhoria da imagem física e trabalho em equipe). Do mesmo modo, diz:

é possível dizer que este instrumento de gestão e organização do trabalho escolar teve certa influência nos processos de ensino e de aprendizagem na escola pública do Tocantins. Deve-se considerar, no entanto, que este modelo está configurado em torno de variáveis observáveis e quantificáveis, e não comporta os aspectos especificamente qualitativos (RIBEIRO, 2006, p.16.)

É, portanto, necessário que se estabeleça uma dialética entre a concepção e a prática da gestão escolar, para que o modelo que se adote e se pratique, seja aquele que atenda aos anseios da comunidade escolar e favoreça o desenvolvimento da escola como um todo, e não em partes.

4.2 Panorama da oferta do Ensino Médio no estado

O Tocantins é um estado com 139 municípios e possui uma população estimada de 1.383.453 habitantes (IBGE, 2010). O estado se estabelece como palco para expansão de grandes projetos econômicos e de um modelo de desenvolvimento com futuro promissor. Na busca de novos desafios, o mais novo estado da federação almeja o estabelecimento de sua identidade, e de se fazer conhecer por características emanadas de um estado que abriga além de nativos, pessoas de vários estados brasileiros.

Na área educacional o estado do Tocantins precisa de desenvolvimento considerável para se equiparar a estados da federação que mais se aproximam da

média convencionalmente universalmente (6,0) como padrão de qualidade. Esta é a média que o governo brasileiro projeta alcançar até 2022.

Temos este índice (Ideb) verificado e publicado a cada dois anos e, seus últimos dados, do ano de 2009, publicam que a rede de ensino pública estadual do Tocantins tem a média observada de 3,9, sendo que a meta projetada para este ano, foi de 3,5 (escala de 0 a 10). Fazendo um comparativo entre outros estados, e embora o índice alcançado tenha superado a meta projetada, constata-se que a educação no Tocantins está em situação longínqua do que se considera uma educação de qualidade (INEP, 2009).

Quando realizada a consulta específica, estratificando dados do Tocantins concernentes a 3ª série do Ensino Médio de escolas Públicas Estaduais, temos a média alcançada de 3,3, sendo que o pactuado foi de 3,0. Temos então, situação similar aos dados considerando toda a educação básica, onde houve uma superação das metas projetadas, no entanto, ficando abaixo dos índices de educação de qualidade convencionados.

Estas informações reafirmam o pensamento do início do capítulo quando colocamos que ainda há muito a percorrer na área educacional no estado do Tocantins. Dados do MEC/INEP (2010) relatam que foram 404.470 o total de estudantes matriculados para o ano letivo de 2010 em toda a educação básica (incluindo a educação profissional de Nível Técnico e a Educação de Jovens e Adultos presencial). Deste quantitativo, registra-se 65.352 matrículas iniciais no ensino médio, sendo 60.612 matrículas feitas em escolas estaduais; 1.574 em escolas federais e 3.166 em instituições privadas de ensino.

A mesma base de dados disponibiliza que são 280 o total de instituições que ofertam o ensino médio no Estado do Tocantins, sendo 248 instituições estaduais; 3 instituições federais e 27 instituições privadas.

As 547 escolas da rede Estadual de Ensino são gerenciadas pela SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura, através de 13 DREs - Diretorias Regionais de Ensino. Estas Diretorias têm a função de assessorar e supervisionar as escolas sob sua jurisdição, incumbindo-se dos aspectos administrativos e da orientação pedagógica, atendendo o que institui o 10º Artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4.3 Oferta do Ensino Médio por escolas sob a jurisprudência da Diretoria Regional de Ensino de Paraíso do Tocantins

A DRE - Diretoria Regional de Ensino de Paraíso do Tocantins possui sua sede administrativa e pedagógica neste mesmo município. A DRE assessora e supervisiona os municípios de Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis, Lagoa da Confusão, Marianópolis, Monte Santo, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium e Pugmil. Estes 14 municípios, segundo resultado do Censo Escolar 2010 – Educacenso (INEP, 2010), concentraram 30.288 matrículas na educação básica (considerando a educação profissional de Nível Técnico e a Educação de Jovens e Adultos presencial) no ano de 2010. Do quantitativo acima, 5.033 vagas foram ocupadas por estudantes do Ensino Médio, como retrata o quadro com dados extraídos do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira:

Quadro 1 – Matrícula Inicial das escolas sob jurisprudência da DRE de Paraíso do Tocantins

Município	Matrícula Inicial							
	Ed. Infantil		Ensino Fund.		Ensino Médio	Educação profissional	Ed. de Jovens e Adultos – EJA (presencial)	
	Creche	Pré-escola	Anos iniciais	Anos finais			Fund.	Médio
1- Abreulândia	51	42	325	225	111	0	44	0
2- Araguacema	33	94	756	598	291	0	7	46
3- Barrolândia	0	106	522	485	263	0	0	0
4- Caseara	107	151	606	412	225	0	72	53
5- Chapada de Areia	0	19	127	107	0	0	14	0
6- Cristalândia	65	172	708	602	265	0	91	91
7- Divinópolis	77	176	612	597	329	0	43	0
8- Lagoa da Confusão	202	104	1109	711	371	0	56	135
9- Marianópolis	112	57	512	388	119	0	48	25
10- Monte Santo	0	50	220	205	0	0	0	0
11- Nova Rosalândia	56	107	334	353	145	325	53	48
12- Paraíso do To	294	1204	3829	3421	2494	0	471	627
13- Pium	78	101	592	489	287	0	64	54
14- Pugmil	0	91	271	223	133	0	0	0
SUBTOTAL:	1075	2474	10523	8816	5033	325	963	1079
TOTAL:	30.288							

Fonte: Inep (2010).

4.4 Oferta do Ensino Médio no município de Paraíso do Tocantins

O município de Paraíso do Tocantins tem uma localização privilegiada (figura 1), pois além de sua localização praticamente no centro do estado e as margens da Belém-Brasília (BR-153), o município situa-se na região central do Brasil, conforme figura abaixo. Possui uma estimativa populacional de 44.432 hab. (IBGE, 2010), e sua maior concentração de habitantes é na zona urbana, 95,62%. Segundo dados estatísticos, Paraíso do Tocantins é a 4ª maior economia do estado. No *ranking* de desenvolvimento das cidades do estado fica atrás do município de Palmas, Gurupi e Araguaína. O município está a apenas 54 km da capital e sua área é de 1.297,02 km², representando 0,47% da área do estado, 0,3 % da Região Norte e 0,02 % de todo o território brasileiro.

Figura 1: Localização do município de Paraíso do Tocantins.



Fonte: IBGE (2010).

A legislação em vigor institui que a oferta do Ensino Médio seja prioritariamente de responsabilidade dos estados. Como o foco desta pesquisa foi a análise da percepção do estudante sobre a oferta do ensino médio por escolas públicas, foi feito um levantamento e constatado que no município de Paraíso do Tocantins são 9

(nove) escolas públicas que ofertam o Ensino Médio (oito escolas estaduais e uma escola federal).

Quadro 2 – Instituições públicas de ensino que ofertam o Ensino Médio em Paraíso do Tocantins

Escolas Públicas que ofertam Ensino Médio no Município	
Paraíso do Tocantins	CEM José Alves de Assis
	CEM Diaconízio Bezerra da Silva
	Colégio Estadual Idalina de Paula
	Colégio Estadual José Nézio Ramos
	Colégio Estadual São José Operário
	Escola Estadual Amâncio de Moraes
	Escola Estadual Trajano Coelho Neto
	Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins
	IFTO/Campus Paraíso do Tocantins

Fonte: SEDUC/DRE Paraíso do Tocantins (2010).

A mais recente instituição instalada no município para a oferta de vagas públicas e gratuitas é o IFTO/Campus de Paraíso do Tocantins, implantado em 2007. Percebe-se, desde o início da oferta dos cursos de nível médio pelo *campus*, um novo (re) arranjo das escolas na busca por matrículas e uma nova forma de relacionamento entre as mesmas.

Este fenômeno é considerado por alguns como o impulso à excelência e qualidade do ensino na região, pois não só interessados em matrículas, as escolas procuram viabilizar estratégias para a permanência dos estudantes nos cursos ofertados.

4.4.1 A oferta do Ensino Médio no IFTO - Campus de Paraíso do Tocantins

O IFTO/*Campus* de Paraíso do Tocantins foi inaugurado em 2007 em condição de UNED - Unidade de Ensino Descentralizada da extinta ETF - Escola Técnica Federal de Palmas. O *campus* tem sua sede na vila Santana, um pequeno povoado situado no Distrito Agroindustrial (a 12 km do centro do município), localizado na

altura do Km 480 da BR-153. Neste povoado moram trabalhadores rurais e funcionários de empresas situadas nos arredores.

Uns dos motivos a favor da implantação do *campus* na vila Santana foi a doação de um prédio na localidade e a intenção de favorecer o desenvolvimento social da comunidade da vila.

Figura 2 – Vista da sede do *campus* de Paraíso do Tocantins



Fonte: Brasil (2009b)

Como consequência da nova institucionalidade conferida a este conjunto de instituições de Ensino que compõem a Rede Federal de Educação, através da Lei 11.892/08, a UNED – Unidade de Ensino Descentralizada de Paraíso do Tocantins foi convertida em um dos seis campi que compõem o IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

O IFTO é composto pela reitoria, na capital Palmas, e seis campi, sendo: *Campus* de Palmas, que era sede da ETF; *Campus* de Araguatins (antiga escola Agrotécnica localizada na região do bico do papagaio); *Campus* de Paraíso do Tocantins inaugurado em 2007 como UNED; *Campus* de Araguaína ainda em fase de estruturação; *Campus* de Gurupi em seu primeiro ano de existência e o *Campus* de Porto Nacional, também recém inaugurado.

O IFTO também possui pólos de educação à distância em Araguacema, Araguatins, Cristalândia, Guaraí, Palmas e Tocantinópolis (Figura 3).

Figura 3: Localização da Reitoria, distribuição dos campi, e pólos de educação à distância no estado do Tocantins.



Fonte: Brasil (2009b)

A primeira turma de Ensino Médio ofertada no IFTO/Campus de Paraíso do Tocantins foi em 2008, ano seguinte a sua inauguração. Esta turma, ofertada de forma regular trás a proposta de integração da educação básica de nível médio com o curso técnico em Informática. Como resultado do primeiro processo seletivo obteve-se 40 matrículas iniciais, conforme informado pela CORES - Coordenação de Registro Escolar do *campus*.

Desde a oferta das primeiras vagas até o ano de 2011, a instituição só oferta o ensino médio na modalidade Integrada. Atualmente são 350 o total de estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado, destes, 110 cursam o ensino médio integrado com curso técnico em informática; 94 estudantes no ensino médio integrado com curso técnico em meio ambiente; e 85 estudantes matriculados no ensino médio integrado com o curso técnico em agroindústria.

O quadro abaixo demonstra a evolução de matrículas para o curso de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do ano de 2008, tempo em que foi ofertada a primeira turma, até 2011, ano em que a primeira turma está na 4ª série (última série):

Quadro 3 – Evolução de matrículas para o Ensino Médio no campus de Paraíso do Tocantins

Curso	Ano letivo			
	2008	2009	2010	2011
MI – Informática	40	74	95	110
MI – Meio Ambiente	-	40	69	94
MI – Agroindústria	-	40	69	85
Total	40	154	233	289

Fonte: CORES/IFTO-Campus Paraíso do Tocantins

A primeira turma de Ensino Médio Integrado que nos referimos anteriormente com um ingresso de 40 estudantes, hoje possui 19 estudantes, apenas 47.5 % dos que fizeram a matrícula inicial. Alguns dos estudantes matriculados solicitaram transferência, outros, foram reprovados, mas continuam na instituição.

A equipe Técnica Pedagógica da instituição, que também atua na prevenção da evasão escolar, relata que em alguns casos não se consegue fazer com que os estudantes continuem na escola, existem motivos em que a equipe não tem como interferir diretamente. As causas da não permanência são várias, dentre elas: dificuldades financeiras na família; falta de afinidade com os componentes do eixo profissional; a duração de 4 (quatro) anos do curso, entre outros.

A estrutura curricular contempla disciplinas da Base Nacional Comum (Educação Básica), e os componentes da área profissional do curso (Educação Profissional). A carga horária total dos cursos fica na média de 3.800 h.

Os professores que ministram aulas para as turmas de Ensino Médio são os de disciplinas da base nacional comum, como licenciados em matemática, física, letras, geografia, história e outros, e os lotados nos eixos tecnológicos, que ministram componentes da área profissional, de acordo com o eixo de formação do curso. Os professores de disciplinas da Base Nacional comum possuem, quase que em sua totalidade, curso de licenciatura. Os que são lotados em eixos tecnológicos, em sua grande maioria são Engenheiros, Tecnólogos e/ou Bacharéis, não possuindo licenciatura ou curso de formação para docência.

4.4.2 A oferta do Ensino Médio no CEM - Centro de Ensino Médio “José Alves de Assis”

O CEM “José Alves de Assis” foi criado em 19 de janeiro de 1973, com a denominação de Colégio D. Pedro I. A partir de 31 de Outubro de 1974 passou a ser denominado de escola de 1º grau Paraíso do Norte, ofertando ensino fundamental de 1ª e 2ª fase (Pré-escola e de 1ª a 8ª série).

No ano de 1980, no dia 14 de Maio, o então colégio Dom Pedro I passou a ser denominado de Colégio Estadual “José Alves de Assis”, em homenagem ao Deputado Estadual e Secretário de estado de educação de Goiás Sr. José Alves de Assis (PPP CEM, p. 5).

Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, houve a necessidade de estruturação do sistema de ensino, e a Resolução de nº 007/1989 reconheceu todas as escolas e cursos existentes. Em 1993 foi criado no Tocantins os Centros de Ensino Médio, então o colégio Estadual “José Alves de Assis” passa a ser denominado Centro de Ensino Médio “José Alves de Assis” com a Resolução do CEE nº 074/1993. Neste ano houve um remanejamento de todos os alunos matriculados no Ensino Médio para esta U.E, e os alunos matriculados no Ensino Fundamental nesta U. E foram direcionados a outras escolas.

O CEM “José Alves de Assis” possui mais de trinta anos de serviços prestados a comunidade paraisense e uma boa estrutura pedagógica e administrativa para a oferta destes serviços (PPP CEM, p. 6).

Figura 4 – Sede do CEM “José Alves de Assis”



Fonte: SEDUC (2004).

A U.E- Unidade de Ensino está situada no centro de Paraíso do Tocantins e apresenta-se de forma receptiva e acolhedora à comunidade que reside no centro e nos setores periféricos de próximo acesso (PPP CEM, p.4). Com 728 matrículas no Ensino Médio, é a escola que concentra o maior número de estudantes nesta etapa da Educação Básica.

O CEM atualmente tem 27 (vinte e sete) turmas de Ensino Médio, sendo 10 (dez) turmas no período matutino, 5 (cinco) no período vespertino e 12 (doze) no período noturno, incluindo as turmas de EJA. Deste total de turmas de Ensino Médio, 6 (seis) turmas são do Programa Direito de Aprender⁶.

Antes a estrutura física da instituição contava apenas com doze salas de aula, quatro dependências administrativas, banheiros para alunos e cantina, hoje, o CEM possui uma estrutura física com vinte salas de aula, laboratórios de física, química, biologia e informática, salas ambiente de Língua Portuguesa, Inglesa e Matemática, biblioteca com acervo bibliográfico e ampla sala de estudos, sala de vídeo com kit tecnológico, a qual necessita de atualização do acervo e reforma nos aparatos e quadra de esportes coberta.

Para atender todos os professores e funcionários conta dependências administrativas. Em mais de trinta anos de prestação de serviços à comunidade local e circunvizinha, a instituição teve doze gestores.

Em análise ao PPP conferimos que a escola se visualiza como crítica, reflexiva, procura respeitar e valorizar os agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem, buscando o desenvolvimento do educando de forma integral, estabelecendo uma relação de parceria família/comunidade e valorização dos profissionais da educação. Entendemos a aprendizagem como um processo de aquisição de novos conhecimentos, competências e comportamentos que se constituem no elemento chave na educação escolar e visa promover o desenvolvimento pessoal, emocional, cognitivo e social dos alunos (PPP, CEM, p. 55).

Ainda segundo o PPP da escola, a educação visa à formação do aluno na aquisição de conhecimentos básicos, preparação científica, capacidade de utilizar as

⁶ Um Programa que tem como objetivo levar o Ensino Médio as regiões mais carentes do Tocantins. Esta é a perspectiva estrutural do Programa Direito de Aprender, que a SEDUC - Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins, por meio da Coordenadoria do Ensino Médio criou no ano de 2004.

diferentes linguagens e tecnologias, desenvolvendo sua capacidade crítica visando à formação de cidadãos, contribuindo com algumas competências necessárias ao exercício profissional e ao prosseguimento dos estudos, conquistando sua autonomia intelectual através de participação e parcerias de outras instituições especializadas que desenvolvam suas habilidades incluindo sua formação ética, relacionando teoria e prática.

CAPÍTULO 5 - MÉTODO

Na intenção de explorar as possibilidades e oportunidades criadas por esta pesquisa no entendimento do [...] fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações”(LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 5), adotaremos uma abordagem na perspectiva qualitativa.

Para Kipnis (2005) a pesquisa qualitativa tem algumas características específicas, a saber: a) do ponto de vista ontológico: a natureza da realidade é subjetiva e múltipla, como observada pelos participantes; b) do ponto de vista epistemológico: o pesquisador interage com o sujeito pesquisado; c) do ponto de vista axiológico: o pesquisador não está livre de valores e vieses; d) do ponto de vista retórico: a linguagem utilizada é informal e a voz personalizada, pouco precisa e faz uso de palavras qualitativas, e, e) do ponto de vista metodológico: o processo de pesquisa é indutivo, interpretativo. Descreve simultaneamente os fatores. É baseada no contexto. Desenvolve padrões e teorias para a compreensão do fenômeno.

Baseados nas premissas de Kipnis (2005), nesta pesquisa obtivemos dados descritivos mediante o contato direto, através de entrevistas semi-estruturadas, do pesquisador com o objeto de estudo: a percepção dos estudantes acerca da oferta do Ensino Médio em Paraíso do Tocantins.

Para Gil (2007) este tipo de pesquisa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais deste tipo de abordagem e, dentro da abordagem qualitativa, optamos pelo estudo exploratório do problema.

5.1 O Local da pesquisa

O município de Paraíso do Tocantins possui 09 (nove) escolas públicas que ofertam o ensino médio. 08 (oito) destas escolas são estaduais, e 01 (uma) de esfera federal (IFTO/Campus Paraíso do Tocantins).

Investigamos a percepção dos estudantes do ensino médio acerca da oferta do mesmo no município para verificar como estes compreendem esta oferta. Foram entrevistados alunos que cursam o ensino médio em escolas que o ofertam na modalidade Regular e os que cursam o ensino médio na modalidade Integrada.

Do total de escolas públicas estaduais informadas (08 escolas), selecionamos uma, o CEM – Centro de Ensino Médio José Alves de Assis, por ser a escola estadual com maior número de estudantes matriculados nesta etapa final da educação básica, que será objeto deste estudo. Desta UE selecionamos 50% do total de sujeitos que responderam a entrevista semi-estruturada.

No IFTO/Campus Paraíso do Tocantins, selecionamos os outros 50% dos estudantes entrevistados. Desta instituição selecionamos os estudantes que fazem o ensino médio Integrado, por ser a única que oferta no município.

5.2 Participantes da pesquisa

Os participantes desta pesquisa serão 12 (doze) estudantes matriculados nas primeiras e últimas séries do ensino médio de escolas públicas (estadual e federal).

Tamanho da população

Para o ano letivo de 2011, segundo dados de matrícula inicial, são 1.017 os estudantes do Ensino Médio matriculados nas duas escolas em que faremos a pesquisa. No IFTO/*Campus* de Paraíso do Tocantins registrou-se 135 estudantes matriculados nas 1ª séries do Ensino Médio, 77 matrículas na 2ª série, 58 matrículas na 3ª série e 19 matrículas na 4ª série. No CEM – Centro de Ensino Médio “José Alves de Assis”, foi registrado 309 matrículas na 1ª série, 227 matrículas na 2ª série e 192 matrículas na 3ª série.

Unidade de amostragem

Entrevistaremos estudantes matriculados nas primeiras e nas últimas séries dos cursos de ensino médio do IFTO/*Campus* de Paraíso do Tocantins (curso de

quatro anos, até a 4ª série) e do CEM – Centro de Ensino Médio José Alves de Assis (curso regular com duração de 3 anos, até a 3ª série).

Teremos um total de 12 estudantes entrevistados, sendo 06 estudantes de cada Unidade de Ensino. No IFTO/Campus de Paraíso do Tocantins entrevistamos 3 (três) estudantes matriculados na 1ª série e 3 (três) da 4ª série, perfazendo um total de 06 estudantes. No CEM, entrevistamos 3 (três) estudantes matriculados na 1ª série; e 3 (três) da 3ª série, perfazendo, também, um total de 06 estudantes.

Critérios utilizados para seleção dos estudantes

Tivemos uma amostragem direcionada, portanto, levamos em consideração as séries e o fator MDE – Melhor Desempenho Estudantil na definição da amostra.

Trabalhamos com dois grupos de estudantes, os que cursam o ensino médio regular e os que cursam o ensino médio integrado caracterizando os grupos pesquisados. Os sub-grupos que fizemos menção nesta pesquisa referem-se as séries que os estudantes estão matriculados, portanto no CEM tivemos 2 sub-grupos (sub-grupo da 1ª série e outro da 3ª série), e no IFTO/*Campus* Paraíso também tivemos 02 sub-grupos (sub-grupo da 1ª série da 4ª série), lembrando que a duração do curso é de quatro anos.

5.3 Instrumentos de coleta de dados

Utilizamos a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados por possibilitar maior flexibilidade ao entrevistador. Foi elaborado em roteiro de entrevista para cada série pesquisada (disponíveis nos Apêndices deste trabalho). Embora na entrevista semi-estruturada a pauta deva ser ordenada e guardar relação entre si, cabendo ao entrevistador a realização de poucas perguntas diretas para que o entrevistado possa falar livremente sobre o assunto, é possível, neste instrumento, o acréscimo de questões durante a entrevista. Nesta técnica, colhem-se informações dos sujeitos a partir de seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atento, registrando todas as informações, e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente: “de preferência, deve praticar um

diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimento suas representações” (SEVERINO, 2007. p. 125).

Este instrumento foi utilizado para obter, dos sujeitos, concepções e opiniões sobre a oferta do Ensino Médio oferecido por escolas públicas no Município de Paraíso do Tocantins. A entrevista foi realizada individualmente, e a pesquisadora utilizou um roteiro que a norteou durante o seu desenvolvimento. Os roteiros das entrevistas encontram-se nos Apêndices deste trabalho.

Foi assinado um termo de consentimento livre e esclarecido pelos sujeitos participantes da pesquisa, e os diretores das escolas em que estes estão matriculados, assinaram um termo de autorização. Foi entregue uma carta de apresentação da pesquisa e do pesquisador tanto para os sujeitos quanto para os diretores das instituições.

As entrevistas foram gravadas em áudio e seu conteúdo analisado e utilizado nesta dissertação. A identidade dos participantes foi mantida em sigilo. Os sujeitos da pesquisa receberam codinomes e estes foram explicados adiante.

Validação do Instrumento de coleta de Dados

Para Gil (2007, p.119), qualquer técnica escolhida para coleta de dados somente estará validada para o levantamento após a passar por esta fase. Para este mesmo autor, quando o procedimento escolhido for entrevista ou formulário, deve-se proceder da seguinte forma:

Caso o procedimento escolhido seja a entrevista ou formulário, selecionam-se alguns indivíduos representativos do universo a ser pesquisado, os quais responderão às questões propostas. A seguir, solicitam-se do entrevistado informações acerca das dificuldades encontradas para respondê-las (GIL, 2007,p.120)

Para validação da entrevista semi-estruturada, selecionamos 01 (um) estudante de cada sub-grupo já citado anteriormente. Estes “[...] auxiliaram na avaliação dos instrumentos como tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir.” (GIL, 2007, p.119).

5.4 Procedimentos para coleta de dados

A coleta de dados obedeceu aos seguintes procedimentos:

- 1) Os 06 (seis) estudantes de cada grupo foram selecionados atendendo ao critério de MDE - Melhor Desempenho Estudantil, como já mencionado;
- 2) Os selecionados foram informados da não obrigatoriedade de participar da entrevista;
- 3) Caso algum estudante não quisesse participar da entrevista, seria, automaticamente escolhido o próximo estudante com MDE (nenhum aluno se recusou a participar da entrevista);
- 4) Os estudantes foram entrevistados individualmente;
- 6) O entrevistador utilizou um roteiro para nortear as abordagens;
- 7) As entrevistas foram gravadas e os estudantes informados de todos os procedimentos adotados.

Para a sistematização dos resultados e a organização das informações nos reportaremos aos sujeitos da pesquisa da seguinte forma:

Quadro 4 – Identificação dos estudantes (sujeitos) pesquisados

Denominação dos estudantes	
A1	Estudante da 1ª série – IFTO/Campus Paraíso
A2	Estudante da 1ª série – IFTO/Campus Paraíso
A3	Estudante da 1ª série – IFTO/Campus Paraíso
A4	Estudante da 1ª série – CEM José Alves de Assis
A5	Estudante da 1ª série – CEM José Alves de Assis
A6	Estudante da 1ª série – CEM José Alves de Assis
B1	Estudante da 4ª série – IFTO/Campus Paraíso
B2	Estudante da 4ª série – IFTO/Campus Paraíso
B3	Estudante da 4ª série – IFTO/Campus Paraíso
B4	Estudante da 3ª série – CEM José Alves de Assis
B5	Estudante da 3ª série – CEM José Alves de Assis
B6	Estudante da 3ª série – CEM José Alves de Assis

Fonte: a autora.

CAPÍTULO 6 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Neste Capítulo serão apresentados os resultados das entrevistas semi-estruturadas realizadas com estudantes do ensino médio em Paraíso do Tocantins.

Tivemos acesso aos estudantes com melhor desempenho estudantil após procurarmos as secretarias das escolas e solicitarmos, com autorização da Direção, que nos fornecesse a média geral dos estudantes das turmas de ensino médio. A média apresentada pelas secretarias das escolas considerou todos os componentes curriculares da série em que o estudante estava matriculado.

Foram interpretadas as verbalizações provenientes das entrevistas individuais, sendo estas realizadas com estudantes calouros (primeira série) e concluintes (última série).

Os resultados serão confrontados com base no referencial teórico desta pesquisa e ilustrados com algumas “falas” dos próprios entrevistados.

6.1 Organização dos dados para a análise

Para uma melhor organização das informações e análise, consideraremos os seguintes aspectos à sistematização dos dados:

- Características dos entrevistados:** contempla questões de idade, gênero, ocupação, estado civil, rotina doméstica e município de moradia.

- Desempenho estudantil:** contempla a trajetória e o histórico escolar bem como a rotina estudantil.

- Conhecimento acerca das modalidades de ensino médio ofertado no município:** verificaremos se os estudantes conhecem sobre as modalidades de ensino médio ofertadas em Paraíso do Tocantins.

- Determinantes para o ingresso:** analisamos se os estudantes receberam influências para a escolha da escola e da modalidade de ensino médio que cursam.

- Determinantes para a permanência ou mudança de curso:** Quais os fatores que contribuem para que os estudantes continuem nas escolas escolhidas.

•**Perspectiva para a vida pós ensino médio:** Analisamos quais as expectativas dos estudantes após finalizarem o curso.

6.2 Características e perfil dos jovens pesquisados

Após uma observação na relação de estudantes com MDE apresentada pela secretaria das escolas, constatamos que todos com melhor desempenho estudantil eram do sexo feminino. Estas estudantes tinham entre 14 e 19 anos e eram solteiras. Todas as pesquisadas moram com os pais e não tem filhos.

O quadro a seguir nos aponta com detalhes estas informações:

Quadro 5 – Informações dos sujeitos da pesquisa quanto às variáveis gênero, idade, estado civil, ocupação e turno que estuda

Estudante	Gênero	Idade	Estado civil	Ocupação	Turno que estuda
A1	F	14 a	Solteira	Somente estuda	matutino
A2	F	15a	Solteira	Somente estuda	vespertino
A3	F	14a	Solteira	Somente estuda	vespertino
A4	F	14a	Solteira	Somente estuda	Matutino
A5	F	15a	Solteira	Somente estuda	vespertino
A6	F	16a	Solteira	Babá/doméstica	noturno
B1	F	18a	Solteira	Somente estuda	vespertino
B2	F	19a	Solteira	Somente estuda	vespertino
B3	F	17a	Solteira	Somente estuda	vespertino
B4	F	16a	Solteira	Somente estuda	Matutino
B5	F	17a	Solteira	Babá	vespertino
B6	F	17a	Solteira	Somente estuda	noturno

Fonte: Relatos das estudantes.

Embora existam alguns casos em que estudantes residam em outros municípios e venham estudar em Paraíso, todos os estudantes entrevistados residem na cidade.

A fim de entendermos como é a rotina destes estudantes de Ensino Médio, incluímos esta pergunta no roteiro de entrevista ⁷. As respostas das estudantes das 1ª séries nos aponta que a maioria destes se encontra em condições favoráveis aos estudos, pois, segundo os relatos, os pais e responsáveis, mesmo com algumas dificuldades financeiras fazem questão de que as filhas permaneçam apenas estudando.

Alguns relatam que ajudam as famílias apenas nas atividades domésticas:

Não dá para trabalhar (risos), eu só ajudo minha mãe nas tarefas lá de casa e cuidado de minha irmã. (A3, estudante do IFTO, informação verbal).

[...] Eu não trabalho, agora só estou estudando mesmo, eu dou aula de reforço para filhos de um amigo, mas não é trabalho. Isso é bom porque lembro de matérias que estudei. Depois que entrei aqui no IFTO tenho que estudar mais, minha mãe disse que é para eu me dedicar bastante aos estudos agora [...] (A2, estudante do IFTO, informação verbal).

Moro só com a minha mãe, eu ajudo ela em casa, mas nunca tive um trabalho fora, quero me formar primeiro (A5, estudante do CEM, informação verbal).

A única estudante das 1ª séries que trabalha nos relata que é bastante difícil se manter no emprego e continuar com um bom desempenho escolar:

[...] trabalho o dia inteiro, sou babá e doméstica. Apesar de não ser casada e não ter filhos fica muito difícil para mim porque fico cansada e acabo só estudando em época de avaliações e provas [...] (A6, estudante do CEM, informação verbal).

É importante ressaltar que mesmo com o depoimento relatando o enfado e a dificuldade em trabalhar e estudar, a estudante A6 nos foi apresentada como a que tinha o melhor desempenho de sua turma.

Um dos antigos desafios do ensino médio é diminuir o índice de alunos que não o finaliza. Observa-se em diversas partes do país a necessidade do jovem brasileiro de classe baixa de ter que trabalhar para ajudar no sustento da família, este fato, muitas vezes, se caracteriza como um dos motivos que levam este jovem a evadir e não cursar esta última etapa da educação básica (Kuenzer, 1997).

⁷ Foram estruturados roteiros para cada série pesquisa, estes roteiros estão nos Apêndices deste trabalho.

A renda das famílias dos estudantes pesquisados é baixa, no entanto, notamos que seus filhos são privilegiados, pois mesmo com dificuldades os pais tentam assegurar que seus filhos apenas estudem até o término do ensino médio.

6.3 Entendendo o perfil dos estudantes com MDE – Melhor Desempenho Estudantil

Como afirmamos (5.2), o critério para a escolha dos entrevistados foi o desempenho estudantil. Analisaremos seus depoimentos para entendermos, à luz deles próprios, quais aspectos favorecem para que tenham obtido desempenhos destacados.

Excetuando o estudante A6, que estudou em escola pública no Estado de Mato Grosso, todos os outros pesquisados sempre estudaram em escolas públicas e/ou conveniadas no Estado do Tocantins. Relatam que mudaram de escola no decorrer de sua vida estudantil, mas o Ensino Fundamental e Ensino Médio (até o momento) sempre cursaram em escola pública.

Nunca estudei em escola particular, lá onde eu estudava antes de vir para o IFTO, onde fiz o ensino fundamental, eles diziam que a escola era conveniada. (B2, estudante do IFTO, informação verbal)

Vindos de famílias com a mesma média de poder aquisitivo e, ressalvadas as particularidades, pois em alguns casos os pais não estão mais juntos, todas as estudantes são enfáticos em relação ao incentivo da família para com os estudos.

Temos consciência que não seja uma realidade generalizada, mas no caso de Paraíso do Tocantins essa pesquisa nos evidenciou o quanto os pais dos estudantes do ensino médio do município de Paraíso do Tocantins estão preocupados em garantir que os filhos estudem e, na maioria dos casos, apenas estudem. Podemos relacionar esta preocupação dos responsáveis com um bom desempenho estudantil de seus filhos.

É importante esclarecer que esta preocupação foi detectada nos discursos dos próprios estudantes, em nenhum momento desta pesquisa tivemos contato com os pais ou responsáveis.

Ao questionarmos sobre a que atribuem o melhor desempenho, se relacionado aos outros estudantes da turma, alguns relataram que se deve a uma rotina de

estudo organizada. Enquanto uns afirmaram estudar em casa com maior regularidade e disciplina, outros afirmaram estudar, mas não conseguem sistematizar horas diárias para este fim, embora reconheçam que sairiam bem melhor em atividades na escola se conseguissem se organizar para destinar um tempo diário aos estudos.

Seguem os depoimentos dos estudantes do IFTO/*Campus* Paraíso do Tocantins:

A minha rotina mudou bastante depois que entrei aqui na escola, tenho que me empenhar mais. (B1, estudante do IFTO, informação verbal).

Eu não acredito em inteligência exagerada, eu falo que tem que ter dedicação maior que a das outras, porque tem alunos na minha turma que começaram como alunos nota 10, e hoje estão com a nota 4 ou 3. Então, não era porque eles eram inteligentes ou deixaram de ser, é porque pararam de estudar, o meu bom desempenho é porque sempre estudo, não vem de graça não. (B2, estudante do IFTO, informação verbal).

Tem que estudar. Tem que ter força de vontade porque não adianta nada ter um conhecimento e não querer estudar. (B3, estudante do IFTO, informação verbal).

...nunca tirei só 10, mas também nunca tirei notas vermelhas. Minha rotina mudou depois que comecei estudar aqui. Eu sempre estudei em casa, mas agora tenho que estudar mais para conseguir notas melhores... (A1, estudante do IFTO, informação verbal).

A minha rotina mudou bastante, pois na escola que eu estudava antes de vir para esta a carga horária era mais leve, aqui é bem mais puxado. (A2, estudante do IFTO, informação verbal).

...Eu nunca tive notas baixas. Minha rotina mudou muito, mas eu estou me adaptando ao estilo desta escola... (A3, estudante do IFTO, informação verbal).

Todas as estudantes desta escola, tanto as novatas quanto as veteranas, relataram terem tido a necessidade de adaptação ao sistema da escola. O fato de terem uma quantidade maior de disciplinas⁸ do que estavam acostumados, devido ao fato do curso ser integrado, foi exposto como um dos maiores motivos da dificuldade de adaptação

⁸ Nos Projeto Pedagógico dos Cursos constam que os estudantes chegam a ter uma média de 15 (quinze) disciplinas ou componentes curriculares em algumas séries cursadas.

Quanto a rotina estudantil dos sujeitos pesquisados na outra escola pública, tivemos os seguintes relatos:

Eu não tenho nenhuma nota abaixo da média, estudo 1 hora por dia. Como estudo pela manhã, geralmente estudo das 14 às 15h. (A4, estudante do CEM, informação verbal).

Eu as vezes estudo em casa, mas somente quando tenho tempo. (A5, estudante do CEM, informação verbal).

Como eu trabalho, só estudo mais na época de prova. (A6, estudante do CEM, informação verbal).

Sempre tirei notas boas, eu tenho muita facilidade em “pegar” conteúdos, e também estudo em casa, me ajuda muito. (B4, estudante do CEM, informação verbal).

Antes eu estudava bastante, lia muito. Vou voltar a ser assim para ver se passo na faculdade. (B5, estudante do CEM, informação verbal).

Quando não estou fazendo nada estudo a tarde todinha, ainda mais essa época de 3º ano. (B6, estudante do CEM, informação verbal).

Percebemos que os estudantes do CEM também reconhecem ser importante para o bom desempenho estudantil a manutenção de hábitos de estudos extra classe. Atribuímos ao hábito de estudo em casa, mesmo não cotidiano, bem como ao apoio, incentivo e cobrança dos familiares como os responsáveis pelos bons desempenhos dos estudantes entrevistados nesta pesquisa.

6.4 Conhecimento das estudantes acerca das modalidades de Ensino Médio ofertados no município

Para descobrirmos se as estudantes matriculadas no CEM conheciam outras formas de oferta do Ensino Médio no município, as questionamos, através da parte 5 do roteiro pré-estruturado para a entrevista, denominado “conhecimento acerca do ensino médio ofertado no município”, e obtivemos informações que nos permitem afirmar que nem todos os estudantes do município conhecem os cursos de Ensino Médio Integrado ofertado pelo IFTO/*Campus* de Paraíso do Tocantins.

A estudante A4, do CEM, afirma que não conhece outra forma de oferta de ensino médio no município. Após esta afirmação indagamos se conhecia os cursos

de ensino médio integrado ofertados e a mesma continuou afirmando que não. A estudante A5 faz a seguinte colocação:

Já ouvi falar no ensino médio integrado, mas não conheço, este curso tem em qual escola? (A5, estudante do CEM, informação verbal).

A afirmação da próxima estudante nos leva a crer que há certa deficiência na forma de divulgação do *campus* do IFTO como instituição proponente de ensino médio no município. De certa forma, este fato se coloca como um empecilho para que o ensino público chegue a atender cidadãos que dele necessitaria.

Eu escolhi estudar aqui no CEM porque é a única opção mesmo. (A6, estudante do CEM, informação verbal).

Em uma realidade em que se oferta o ensino médio regular e o ensino médio integrado, e que o estudante teria a possibilidade de escolher a escola que mais se adequasse aos seus anseios, temos o desconhecimento desta oferta e uma confusão de conceitos. Percebemos, claramente, que a estudante afirma conhecer o ensino médio integrado, quando na verdade se refere a cursos ofertados de forma integral. Por exemplo, esta afirmação:

Conheço, mas não posso estudar o dia inteiro, ajudo minha mãe em casa. (B4, estudante do CEM, informação verbal).

As estudantes B5 e B6 afirmaram conhecer a oferta do ensino médio integrado do *campus* do IFTO, pois uma é desistente do ensino médio integrado ao curso técnico em informática e a outra realizar o curso técnico subsequente de Agroindústria no *campus*.

Os relatos das estudantes que cursam a 1ª série do ensino médio integrado indicam que estas pessoas, embora afirmem não saber porque o curso é ofertado neste formato, conhecem, mesmo que superficialmente os motivos do mesmo ser integrado.

Relatos das estudantes das duas escolas apontam que os cursos precisam ser mais divulgados, a ponto de um estudante, já ingresso neste formato de curso, responder com a clareza, informações básicas sobre o curso que escolheu.

As estudantes da 4ª série afirmaram conhecer os motivos do curso ser ofertado na forma integrada, afirmaram também que esta clareza a respeito do formato do curso foi adquirida após um período já cursando o Ensino Médio Integrado.

Integrado porque já saímos com ensino médio juntamente com o curso técnico de informática. Hoje eu sei, no início eu não entendia muito bem. (B1, estudante do IFTO, informação verbal).

6.5 Determinantes para o ingresso

Questionamos as estudantes sobre a escolha da instituição e do curso que fazem, para que na perspectiva delas, pudéssemos compreender se receberam, de quem receberam, e quais foram as influências para a escolha do curso e da instituição de ensino. Obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 6: Motivos atribuídos pelas entrevistadas para a escolha dos cursos.

Estudante	Motivo determinante para a escolha dos cursos
<i>IFTO/Campus Paraíso do Tocantins</i>	
A1	A mãe disse que ia ser bom para seu futuro.
A2	Amigos convenceram com muitos elogios à escola.
A3	A mãe a convenceu fazer o processo seletivo porque deduzia que a qualidade do ensino era melhor.
B1	Influência de parente que já estudava na instituição.
B2	Foi aconselhada por professor de escola que estudava.
B3	A mãe falou que ia ter um ensino melhor e ainda sairia com o certificado de técnica.
<i>CEM – José Alves de Assis</i>	
A4	A mãe a matriculou porque era a escola com o melhor ensino da cidade.
A5	Pelo fato de ser a única escola pública com ensino médio.
A6	Por ser a única opção que tinha para cursar o ensino médio.
B4	Porque é perto de sua residência.
B5	Não se identificou com o curso integrado que fazia no IFTO/ <i>Campus Paraíso</i> .
B6	Porque em termos de escola pública, na visão da mãe é a melhor.

Fonte: Relatos das estudantes.

Através das falas dos estudantes, visualizamos a recorrente preocupação dos pais em assegurar que os filhos tenham uma boa educação. Na atualidade, onde é evidenciada a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos, este fato é apresentado como um ponto positivo em favor destas famílias e destas estudantes. Os pais, em grande maioria as mães, mesmo com o desconhecimento acerca das possibilidades de oferta do ensino médio no município, relatadas pelas filhas, muitas vezes as influenciam para a escolha desta ou aquela escola pelo fato de estarem convencidos de que seja a melhor ou a única opção. O fator localização foi citado por uma estudante como determinante para o ingresso no curso.

Vale expor que fatores atribuídos pelos entrevistados, em relação às suas escolhas na vida estudantil e profissional são: as influências e as expectativas exercidas pela família, grupo ou sociedade. A literatura demonstra que desde que nasce, a criança recebe uma carga de expectativas de familiares. Desta forma, certos comportamentos que desenvolve ao longo da vida podem ser estimulados ou rechaçados. Soares (2002) afirma que a família interfere inclusive no processo de assimilação da realidade das crianças e isto vai moldando a formação de hábitos e interesses. Assim, o jovem, ao fazer uma escolha, muitas vezes não se dá conta das influências exercidas por meio da dinâmica familiar. Além disso, os pais constroem projetos de futuro para os filhos e desejam que eles o sigam de acordo com a imagem projetada. Os filhos, na tentativa de fazer parte desta família, muitas vezes cedem a estes apelos (SOARES, 2002).

6.6 Determinantes para a permanência ou mudança de curso

Esta temática foi abordada na entrevista a fim de descobrirmos qual a escola que agrada, ou é mais conveniente ao jovem paraisense. Antes de evidenciarmos os pontos positivos e negativos relatados pelos estudantes vale ressaltar que a totalidade dos estudantes afirma que pretendem finalizar o Ensino Médio nas escolas que estão matriculados.

Quando questionados sobre quais aspectos da escola que lhes agrada, obtivemos as respostas abaixo.

- Aulas práticas (A1, estudante do IFTO);
- Gosta da dinâmica de alguns professores (A2, estudante do IFTO);

- Aulas nos laboratórios de Informática (A3, estudante do IFTO);
- Os professores são ótimos, são amigos (A4, estudante do CEM);
- A qualidade das aulas dos professores é o que eu acho de melhor aqui (B1, estudante do IFTO);
- Estava comentando com minhas amigas como eu cresci. Matemática, física, química, são o exemplo de tudo isso. Se tiver uma coisa que eu não me arrependo é ter repetido o primeiro ano para vir estudar aqui (B2, estudante do IFTO);
- A melhor coisa que a gente sai daqui é o preparo para o mercado de trabalho, saímos na frente de qualquer pessoal que está saindo de uma escola e entrando em uma faculdade, porque aqui agente apresenta seminários, tem a facilidade de movimentar agente para trabalharmos de forma coletiva, apresentar trabalhos para públicos (B2, estudante do IFTO);
- O que eu admiro muito aqui são os professores, pela autoridade que eles tem na sala de aula, a facilidade em passar o conteúdo, fica mais fácil para o aluno entender (B4, estudante do CEM);
- A equipe gestora é boa (B5, estudante do CEM);
- Eu acho as normas que fazem muito boas, só que não tem o cumprimento (B6, estudante do CEM);

A respeito do que mudariam nas instituições que frequentam, os jovens estudantes da cidade de Paraíso relataram as seguintes situações:

- Colocaria mais aulas práticas em nosso curso, nossa turma gosta muito de aulas práticas (A1, estudante do IFTO);
- Daria umas aulas mais dinâmicas, mais práticas (A2, estudante do IFTO);
- Por ser muito cansativo melhoraria a questão do tempo do curso, mesmo que fosse ofertado de manha e tarde seria melhor se fosse em menos anos. Entramos aqui com todo gás, mas vamos desanimando de ficar tantos anos aqui (B1, estudante do IFTO);
- Diminuiria a rotina muito pesada de estudo, principalmente na última série (4^o) que tem muito conteúdo que precisa ser visto (B1, estudante do IFTO);
- É interessante falar que quando a gente entra aqui no primeiro ano é tudo muito animado, ficamos muito empolgados. Daí os anos vão passando e vamos desanimando, eu acho que a escola deveria criar um jeito de dizer melhor como vai ser tudo aqui dentro, porque muita gente perde um ou dois anos aqui porque não vai dar conta. Acho importante comunicar o sistema da escola antes, dizer que tem que estudar, porque quando entramos a mente ainda não sabe o que quer direito (B2, estudante do IFTO);

- Eu diria somente tornar esse curso integral, em 3 anos. 4 anos fadiga o aluno (B2, estudante do IFTO);
- É normal que alguns professores deixem um pouquinho a desejar, toda escola tem isso (B2, estudante do IFTO);
- Acho o curso bom, mas quatro anos é muito tempo, estamos muito cansados. Temos que vir muito nos outros horários, no último ano tem o estágio e quase não tem tempo para estudar para provas e trabalhos (B3, estudante do IFTO);
- A questão dos alunos mal comportados. Acho que deveriam ser mais rígidos com eles. Eu sei que em escola pública são poucos que querem, mas muita bagunça atrapalha demais. O pessoal reclama mas quando saem os bagunceiros continuam do mesmo jeito (B4, estudante do CEM);
- Falta mostrar coisas mais atuais, preparar para o vestibular e para o ENEM (B5, estudante do CEM);
- A forma de ensino de algumas matérias. Se tivesse algo prático seria bom (B6, estudante do CEM);

Quando indagamos sobre estes aspectos positivos e negativos de cada escola, não delimitamos, junto as participantes, temáticas específicas de abordagem, os mesmos ficaram livres para discorrer sobre o que achassem oportuno.

Observamos que o jovem estudante de escolas públicas paraisense valoriza o lúdico, a multimídia, as práticas experimentais, o diálogo entre as disciplinas e demonstram grande admiração por professores que propiciam este tipo de experiência.

Essa parece ser uma tendência universal, conforme constataram diretores que participaram em anos consecutivos, de um programa de imersão em mais de uma centena de escolas na Itália, Finlândia, França, Alemanha, Chile, Canadá, EUA, Noruega, Espanha, Portugal, Inglaterra, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia (BRASIL, 2011, p.38).

Esta tendência nos é evidenciado através das respostas dos estudantes inclusive quando são convidados a expor o que mudaria nas instituições de ensino que estudam. Fazem proposições de aulas mais dinâmicas e atrativas além de, os estudantes do Ensino Médio integrado fazerem críticas enfáticas quanto a duração de 04 (quatro) anos do curso.

6.7 Perspectiva para a vida após Ensino Médio

Todas as jovens pesquisados pretendem continuar estudando após a conclusão do ensino médio. A totalidade pretende fazer curso superior.

As estudantes das 1ª séries do CEM dizem que anseiam cursar as graduações em Medicina (A4 e A5) e Letras (A6). As da 3ª série pretendem cursar Direito (B4 e B5) e Odontologia (B6).

Embora no decorrer desta análise (6.5) evidenciamos que outros fatores tenham contribuído para o ingresso dos estudantes do IFTO/*Campus* Paraíso nos cursos de formato integrado, ao analisarmos as respostas às indagações sobre que curso superiores cursariam (em 1ª opção), apenas uma estudante afirma que fará graduação na área do curso técnico de nível médio que cursa.

Estou pensando em fazer aqui mesmo no IFTO o curso de GTI, porque como eu já fiz o técnico ia reforçar um pouco do que aprendi. Eu tenho muita facilidade na área, então acho que vai ser mais fácil, a gente vê que muita gente desiste deste curso superior, eu acho que com relação a isso vai ser bom para mim; (B3, estudante do IFTO, relato verbal)

As outras estudantes citam (como 1ª opção) graduações em áreas diferentes das dos cursos técnicos que são matriculadas. Veja o quadro a seguir:

Quadro 7 – Áreas de interesse para cursos de graduação

Estudante	Curso Técnico	1ª opção graduação	2ª opção graduação
A1	Agroindústria	Odontologia	Medicina
A2	Meio Ambiente	Direito	Engenharia Ambiental
A3	Informática	Medicina	Fisioterapia
B1	Informática	Licenciatura em Matemática	GTI
B2	Informática	Medicina	Direito
B3	Informática	GTI	Ciências da Computação

Fonte: Relatos das entrevistadas.

Por mais que eu reclame de tanto tempo aqui, mas eu pretendo continuar aqui, quero fazer o curso de licenciatura em matemática, aí talvez a informática me ajude quando for professora (risos). (B1, estudante do IFTO, relato verbal).

Eu cresci como pessoa, com relação ao vestibular, eu vou fazer o primeiro agora e eu acho que estou muito a frente de muitas pessoas, eu acho que eu tenho grandes chances de conseguir uma bolsa. Como eu quero medicina ou direito eu sei que eu tenho que me dedicar mais. (B2, estudante do IFTO, relato verbal).

As estudantes citam alguns cursos como primeira opção à graduação, no entanto, outros cursos foram citados como segunda e terceira opção. Ao analisarmos as diferentes áreas dos cursos pretendidos pelo mesmo estudante fica evidente que a maioria dos estudantes não pretende exercer a formação técnica ao finalizarem os cursos de ensino médio integrado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre como o jovem estudante do ensino médio enxerga esta etapa da educação básica em Paraíso do Tocantins se caracterizou como a principal premissa de investigação desta pesquisa. Acreditamos que este estudo foi um início de um longo caminho a ser trilhado caso a investigação dos jovens estudantes de ensino médio desperte interesse em outros pesquisadores.

Esperamos ainda, que este trabalho possa subsidiar estudos prospectivos acerca da compreensão e opinião dos estudantes do ensino médio no âmbito dos institutos federais de educação. Evidenciamos essa possibilidade e necessidade, pois, ao nos debruçar sobre a pesquisa, percebemos seus vários vieses investigativos e a importância de entender, portanto, quais as expectativas dos jovens estudantes a respeito de sua formação escolar e a avaliação que eles fazem dessa.

Podemos afirmar que, embora este seja um trabalho sobre o ensino médio, trazendo discussões teóricas acerca da evolução do ensino médio no Brasil nos últimos anos; como este se organizou no estado do Tocantins; e como se estabelece no município de Paraíso do Tocantins, sua maior contribuição foi trazer à tona depoimentos de estudantes que estão vivendo o Ensino Médio na prática.

Esta investigação foi realizada com estudantes entre 14 e 19 anos de duas escolas públicas do município de Paraíso do Tocantins (o IFTO/Campus Paraíso do Tocantins e o CEM “José Alves de Assis”), e as percepções desses sujeitos acerca da oferta do ensino médio trouxeram respostas às questões norteadoras deste trabalho.

Para a coleta de dados, propiciamos momentos para entrevistas semi-estruturadas com 12 (doze) estudantes com MDE – Melhores Desempenhos Estudantis. Julgamos o instrumento de coleta de dados e critérios de seleção dos sujeitos bastante apropriados, no caso desta pesquisa, pois nos possibilitou extrair depoimentos com um melhor benefício comparativo, ou seja, possibilitou-nos respostas mais homogêneas.

A pesquisa nos apresentou que a média de idade dos estudantes que cursam o ensino médio regular e integrado em Paraíso do Tocantins é entre 14 e 19 anos. Todos os estudantes com Melhor Desempenho Estudantil são do sexo feminino e atribuem os bons desempenhos a horas de estudos extras.

Os estudantes pesquisados moram com os pais e a grande maioria revela ter tido bastante influência dos pais ou familiares para a escolha do formato do curso de ensino médio que frequentam.

Quanto aos determinantes para o ingresso nos cursos e escolas, obtivemos as informações que nos faz deduzir que estes jovens são fortemente influenciados pela opinião de seus pais. O principal argumento dos pais são o de estarem sugerindo uma escola com a melhor qualidade de ensino no município.

Constatamos que os estudantes do Ensino Médio Integrado conhecem a forma regular de oferta do curso. Das estudantes do Ensino Médio regular apenas 02 (duas) conhecem o formato integrado de oferta do Ensino Médio. Das duas citadas, uma frequenta o curso Técnico Subsequente em Agroindústria, e a outra é egressa do Médio Integrado em Informática.

Todos os jovens afirmam que terminarão os cursos nas escolas em que estão matriculados, no entanto, contribuem com informações acerca do que gostam e do que mudariam nas escolas e nos cursos. Entre os pontos positivos citados na pesquisa temos o dinamismo das aulas de alguns professores e a utilização de laboratórios. Quanto a situações que precisam ser melhoradas, na concepção das estudantes, temos a inserção de mais aulas práticas, no caso do IFTO e do CEM, e a duração de 4 anos do curso ofertado pelo IFTO.

Esta situação foi recorrentemente citada como ponto negativo do curso pelos estudantes do IFTO (tanto novatos quanto concluintes).

Frente aos múltiplos sentidos do ensino médio e sua relação com os projetos de vida dos jovens paraenses, pesquisamos quais suas perspectivas futuras. Indagamos sobre o que pretendem fazer após finalizarem o Ensino Médio e, também, a totalidade dos estudantes pretende fazer curso superior imediatamente.

As áreas dos cursos de interesse dos estudantes de Ensino Médio Integrado, em sua grande maioria, não têm relação direta com a área ou o eixo tecnológico do curso técnico que fazem.

Nossa indagação sobre as áreas ou cursos de graduação de interesse dos sujeitos desta pesquisa nos revelou que a maioria dos estudantes do Ensino Médio Integrado não pensa em utilizar o curso técnico de nível médio após terminar o curso. Afirmam ser interessante ter “uma carta na manga” para uma necessidade, mas não é o objetivo trabalhar como técnico de nível médio.

Concluo esta pesquisa acreditando que sistematizamos dados que contribuirão para o conhecimento do Ensino Médio no município de Paraíso do Tocantins à luz dos estudantes. No entanto, embora este estudo não tenha tido o objetivo de pesquisar estudantes de apenas do sexo feminino, o critério utilizados para a escolha dos participantes nos apresentou este recorte, recomendamos assim, estudos futuros oportunizando o entendimento deste fenômeno à luz de estudantes de sexo masculino.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. de. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo, Ação Educativa, 2005b.

ANDRADE, V. V. **A relação entre a formação no ensino médio e o mundo do trabalho: A compreensão dos alunos da escola João Dagostim**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Psicologia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DOU de 18.4.1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

_____. **Parecer nº 15, de 01 de Junho 1998**. Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, MEC, 2003.

_____. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DOU, 26.7.2004.

_____. **Ministério da Educação. Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil**. 2008.

_____. **Parecer nº 11 de 30 de Junho de 2009**, Conselho Nacional de Educação/CP (Proposta de Experiência Curricular Inovadora do Ensino Médio). Brasília, MEC, 2009.

_____. **Lei Nº11.892 de 28 de dezembro de 2008**, sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso: 10 mar. 2010

BIRD. **Documento de avaliação de projeto sobre um empréstimo proposto no valor equivalente a US\$ 202.03 milhões para a República Federativa do Brasil**

para o segundo projeto de fortalecimento da escola – Fundescola II. 1999. (www.fundescola.org.br)

CORDEIRO, M. L. X. VENTURI, J. J. HOLLANDA, F. C. **Considerações sobre o Ensino Médio e o ENEM**. SINEPE-PR . Curitiba, PR, 2009.

DAYRELL, Juarez. **Educação e Sociedade. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação e Sociedade, Campinas; vol.28, n.100-especial, p.1105-1128, 2009.

FERRETI, C.J. **Educação profissional em uma sociedade sem empregos**. Cadernos de Pesquisa, No. 109, março/2000 (24 p.)

FRIGOTTO, G. **A política de educação profissional no governo Lula: Um percurso histórico controvertido**. Educação e Sociedade, Vol. 26, No. 92, out/2005 (27 p.)

_____. Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil**. In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Instituto Cidadania/ Perseu Abramo, 2003.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GOMES. Candido Alberto. **A Escola de Qualidade para Todos: Abrindo as Camadas da Cebola** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 281-306, jul./set. 2005

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KIPNIS, Bernardo. **Elementos de Pesquisa e a prática do professor**. Brasília: Editora UnB, 2005.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009. (Em questão, 6).

KÖCHE, J.C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: As políticas do estado neoliberal**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v. 63).

_____. **Ensino Médio: uma proposta para os que vivem do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Coetex, 2001.

_____. **A educação profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão**. Educação e Sociedade, Vol. 23, No. 80, set/2002 (23 p.)

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LASSANCE, A. **Brasil: jovens de norte a sul**. In: **ABRAMO, H. W. BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

LIMA, N.T; **Juventude e ensino médio: de costas para o futuro?**. In. **FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Ensino Médio, Ciência, Cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

MARRA, F., BOF, A., SOBRINHO, J. A. **Plano de Desenvolvimento da Escola: conceitos, estrutura e prática**. Brasília: FUNDESCOLA/MEC/BIRD, 1999, p. 8-13.

MARTINEZ, Y.L.H.N. **A visão do jovem manauense do ensino médio sobre a velhice e envelhecimento**. 2007. 136 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em gerontologia) – Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, R. **Empresariado industrial e a educação profissional brasileira**. Educação e Pesquisa, Vol. 29, No. 2. jul/dez 2003 (24 p.)

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI Paulo (org). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAMOS, M.N. **A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais**. Educação e Sociedade, Vol. 23. setembro/2002 (21 p.)

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 36. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. Campinas, Autores associados, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Dulce Helena Penna (Org.). **A escolha profissional: do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus, 2002.

TOCANTINS/ Secretaria de Educação e Cultura. **Educação no Tocantins: Relatório de Atividades**. Palmas, Seduc, 1999.

_____. **Escola Autônoma de Gestão Compartilhada: Proposta de Reformulação do Programa.** Palmas, Seduc, 2000a.

_____. **Educação no Tocantins.** Palmas, Seduc, 2000b.

_____. **Regimento Escolar.** Palmas, Seduc, 2000c.

UNESCO. **Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: Resumo Executivo.** Brasília, 2011.

ZIBAS, D.M.L **A reforma do ensino médio do Ceará e suas contradições.** Cadernos de Pesquisa, Vol. 35, No. 124, jan/abr 2005 (26 p.)

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Sou Nayara Dias Pajeú Nascimento, RG 1.121.169 SSPTO, Pedagoga, e mestranda em Educação pela Universidade de Brasília, linha de pesquisa Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, Projeto Gestor. Reporto-me a você, sujeito objeto de pesquisa, no intuito de obter dados que serão analisados com vistas a elaboração de minha dissertação. Este projeto de pesquisa tem como título *A oferta do Ensino Médio no município de Paraíso do Tocantins: Uma análise da percepção do estudante*, e é orientado pelo Professor Dr. Bernardo Kipnis, professor titular da FE/UnB.

Você será informado verbalmente sobre os seguintes aspectos desta pesquisa:

- a) Justificativa, objetivos, instrumento de coleta de dados e procedimentos utilizados;
- b) Garantia de esclarecimento antes e durante a pesquisa;
- c) Liberdade de se recusar a participar, ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;
- d) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, garantindo-lhe absoluta privacidade.

Nayara Dias Pajeú Nascimento

Mestranda UnB

Estudante Colaborador

APÊNDICE B

AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PESQUISADAS

Eu, Nayara Dias Pajeú Nascimento, RG 1.121.169 SSPTO, Pedagoga, na condição de mestranda em Educação pela UnB - Universidade de Brasília, linha de pesquisa Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, Projeto Gestor; solicito à V.S^a, autorização para entrevistar 06 (seis) estudantes desta instituição de ensino, para fins de colher dados para minha pesquisa de mestrado que tem como título *A oferta do Ensino Médio no município de Paraíso do Tocantins: uma análise da percepção do estudante*. Este trabalho é orientado pelo Professor Dr. Bernardo Kipnis, professor titular da FE/UnB.

(Esclareço que os sujeitos da pesquisa serão informados verbalmente sobre os seguintes aspectos: a) Justificativa, objetivos, instrumento de coleta de dados e procedimentos utilizados; b) Garantia de esclarecimento antes e durante a pesquisa; c) Liberdade de se recusar a participar, ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum, e d) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, garantindo-lhe absoluta privacidade.

Caso autorize a coleta de dados, favor assinar, carimbar e datar esta autorização.

Paraíso do Tocantins, 10 de Abril de 2011.

Assinatura

Diretor ou Responsável pela área de Ensino

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTES DAS 1ª SÉRIES DO ENSINO MÉDIO

Parte 1 - Características do entrevistado:

Você trabalha? Só estuda?

Você mora no mesmo município em que estuda?

Parte 2 – Trajetória e desempenho estudantil:

Sempre estudou em escola pública?

Considera-se um estudante dedicado?

Parte 3 – Determinantes para o ingresso:

Porque optou por estudar nesta escola?

Houve influencia de alguém para que optasse em estudar aqui?

Houve influencia de alguém para que optasse em estudar aqui? fazer este curso?

O fato de o curso ser integrado foi o diferencial para você optar em fazê-lo?

Quando entrou já sabia o que era um curso de ensino médio integrado?

Porque escolheu fazer o curso com esta habilitação profissional?

Parte 4 – Determinante para a permanência:

O que você acha do curso que faz? Atende as suas expectativas?

É satisfeito com a duração do curso?

Você pretende concluir o ensino médio nesta instituição?

O que sua família acha do curso hoje?

Você pretende concluir o ensino médio nesta instituição?

Identifica-se com os componentes (disciplinas) da área profissionais do curso?

O que você mais gosta nesta escola? E o que mudaria?

Parte 5 – Conhecimento acerca do ensino médio ofertado no município:

Você conhece outras modalidades de oferta do ensino médio no município?

Se conhece, porque não optou em fazê-lo?

Você conhece o ensino médio Integrado?

Pretende fazer algum curso superior? Qual?

Parte 6 – Perspectivas para a vida pós ensino médio:

Depois que terminar este curso pretende fazer o que?

Se não trabalha, pretende trabalhar logo que terminar o curso?

Pretende utilizar a profissão de nível técnico logo que terminar o curso?

Se não trabalha, pretende trabalhar logo que terminar o curso?

Pretende fazer algum curso superior? Qual?

Obrigada por responder a esta entrevista!

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTES DAS ÚLTIMAS SÉRIES DO ENSINO MÉDIO

Parte 1 - Características do entrevistado:

Você trabalha? Só estuda?

Você mora no mesmo município em que estuda?

Parte 2 – Trajetória e desempenho estudantil:

Sempre estudou em escola pública?

Considera-se um estudante dedicado?

Parte 3 – Determinantes para o ingresso:

Porque optou por estudar nesta escola?

Houve influencia de alguém para que optasse em estudar aqui?

O fato de o curso ser integrado foi o diferencial para você optar em fazê-lo?

Quando entrou já sabia o que era um curso de ensino médio integrado?

Porque escolheu fazer o curso com esta habilitação profissional?

Parte 4 – Determinante para a permanência:

O que você acha do curso que faz? Atende as suas expectativas?

É satisfeito com a duração do curso?

Você pretende concluir o ensino médio nesta instituição?

O que você mais gosta nesta escola? E o que mudaria?

Parte 5 – Conhecimento acerca do ensino médio ofertado no município:

Você conhece outras modalidades de oferta do ensino médio no município?

Se conhece, porque não optou em fazê-lo?

Você conhece o ensino médio Integrado?

Faria um ensino médio de 4 anos?

Parte 6 – Perspectivas para a vida pós ensino médio:

Se não trabalha, pretende trabalhar logo que terminar o curso?

Pretende utilizar a profissão de nível técnico logo que terminar o curso?

Pretende fazer algum curso superior? Qual? Depois que terminar este curso pretende fazer o que?

Obrigada por responder a esta entrevista!

ANEXOS

ANEXO I – PARECER CNE/CP Nº: 11/2009 – Aprova a proposta de Experiência curricular Inovadora do Ensino Médio



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Ministério da Educação		UF: DF
ASSUNTO: Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio.		
COMISSÃO: Francisco Aparecido Cordão (Relator), Adeum Hilário Sauer (Presidente), José Fernandes de Lima e Mozart Neves Ramos (Membros).		
PROCESSO Nº: 23001.000039/2009-69		
PARECER CNE/CP Nº: 11/2009	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 30/6/2009

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício MEC nº 18, de 11 de fevereiro de 2009, o Senhor Ministro de Estado da Educação encaminhou a este colegiado documento sintetizando aspectos essenciais de proposta de experiência curricular inovadora no Ensino Médio, a ser implantada em regime de cooperação com os sistemas estaduais de ensino, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do MEC – SEB/MEC. Foi solicitada ao CNE a apreciação da matéria, em regime de urgência, como programa experimental, nos termos do artigo 81 da Lei nº 9.394/96 LDB).

A proposta do MEC fora apresentada verbalmente pela professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do MEC, na reunião ordinária da Câmara de Educação Básica, do mês de fevereiro do corrente ano, ocasião na qual entregou versão preliminar da proposta, a qual foi, de imediato, debatida pelos Conselheiros da Câmara de Educação Básica com os técnicos da Secretaria de Educação Básica do MEC, da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica e da Coordenação Geral do Ensino Médio.

Para sua apreciação formal, foi constituída Comissão Especial composta pelos Conselheiros Adeum Hilário Sauer (Presidente), José Fernandes Lima, Mozart Neves Ramos e Francisco Aparecido Cordão (Relator).

Em 4 de maio, por ocasião da primeira reunião da Comissão, com a participação de representantes da SEB/MEC, foi apresentada versão atualizada do texto da proposta, a qual é objeto da apreciação deste Parecer, o qual contempla, também, as contribuições recebidas tanto na audiência pública nacional, realizada no dia 1º de junho, quanto na Reunião Bicameral do CNE, realizada no dia 2 de junho, e em Reuniões posteriores da CEB, assim como de pessoas e instituições interessadas que enviaram suas manifestações por escrito.

O documento apresentado pelo MEC e que está sendo examinado por este Parecer conta com a seguinte estrutura:

1. Justificativa
2. Ensino Médio no Brasil
3. Pressupostos para um currículo inovador de Ensino Médio
 - 3.1 Dimensão do Currículo Inovador

- 3.2 Proposições curriculares do programa Ensino Médio inovador
- 4. Plano de Implementação
 - 4.1 Gestão do Programa
 - 4.2 Operacionalização
 - 4.3 Apoio Técnico e Pedagógico
- 5. Linhas de Ação/Componentes
 - 5.1 Fortalecimento da Gestão Estadual e Municipal do Ensino Médio
 - 5.2 Fortalecimento da Gestão das Unidades Escolares
 - 5.3 Melhoria das Condições de Trabalho Docente e Formação Continuada
 - 5.4 Apoio às Práticas Docentes
 - 5.5 Desenvolvimento do Protagonismo Juvenil e Apoio ao aluno Jovem e Adulto Trabalhador
 - 5.6 Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos
 - 5.7 Pesquisas e Estudos do Ensino Médio e juventude
- 6. Descrição das Linhas de Ação
- 7. Monitoramento e Avaliação do Programa
- 8. Previsão Orçamentária/Categoria de Despesa
- 9. Plano de Ação/Cronograma

Na **Justificativa**, o documento ressalta que o Ensino Médio tem se constituído, ao longo da história da educação brasileira, como o nível de maior complexidade na estruturação de políticas públicas de enfrentamento dos desafios estabelecidos pela sociedade moderna, em decorrência de sua própria natureza enquanto etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e a Educação Superior e a particularidade de atender a adolescentes, jovens e adultos em suas diferentes expectativas frente à escolarização.

O Documento relembra que o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), ao situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, define-o como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral, como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A ênfase da lei, que situa o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, implica compreender a necessidade de adotar diferentes formas de organização curricular e, sobretudo, estabelecer princípios orientadores para a garantia de uma formação eficaz dos jovens brasileiros, capazes de atender seus diferentes anseios, para que possam participar do processo de construção de uma sociedade mais solidária, reconhecendo suas potencialidades e os desafios para inserção no mundo competitivo do trabalho.

O documento enfatiza que a identidade do Ensino Médio se define na superação do dualismo entre propedêutico e profissionalizante e que ganha identidade unitária, ainda que assuma formas diversas e contextualizadas. Entende que a base unitária implica articular as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, na perspectiva da emancipação humana, de forma igualitária para todos os cidadãos.

Por esta concepção, o Ensino Médio deve ser estruturado em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo. Isso pressupõe a vinculação dos conceitos científicos à contextualização dos fenômenos físicos, químicos e biológicos, bem como superação das dicotomias entre humanismo e tecnologia e entre formação teórica geral e prática técnico-instrumental.

A SEB/MEC ressalta que o Governo Federal estabeleceu como prioridade o desenvolvimento de programas e projetos, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que visam

à melhoria da qualidade da Educação Básica, dentro do que dispõe o Plano de Metas, no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

Nesse sentido, o que o Ministério da Educação propõe é um programa de apoio para promover inovações pedagógicas das escolas públicas (estaduais, inclusive Colégios das Universidades Estaduais; e federais, Colégios de Aplicação das Universidades Federais e Colégio Pedro II), objetivando o fomento de mudanças que se fazem necessárias na organização curricular do Ensino Médio.

É um programa específico para inovações curriculares, de forma articulada com os programas e ações já em desenvolvimento nos âmbitos federal e estadual, com linhas de ação que envolvem o fortalecimento da gestão dos sistemas e da gestão escolar; a melhoria das condições de trabalho docente e sua formação inicial e continuada; o apoio às práticas docentes; o desenvolvimento do protagonismo juvenil e o apoio ao aluno jovem e adulto trabalhador; a exigida infraestrutura física e correspondentes recursos pedagógicos; e a elaboração de pesquisas relativas ao Ensino Médio e à juventude. Em outras palavras, tem como objetivo a melhoria da qualidade do Ensino Médio nas escolas públicas, sinalizando para os seguintes impactos e transformações: - Superação das desigualdades de oportunidades educacionais; - Universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio; - Consolidação da identidade desta etapa educacional, considerando a diversidade de sujeitos; - Oferta de aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecimento e priorização da interlocução com as culturas juvenis.

No item **Ensino Médio no Brasil**, o documento destaca que, após 12 anos da LDB, ainda não foi possível superar a dualidade histórica que tem prevalecido no Ensino Médio, tampouco garantir sua universalização, assim como a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria de seus estudantes, pois não há um currículo capaz de promover uma aprendizagem que lhes faça sentido.

Demonstra, amplamente, com dados contidos em tabelas e gráficos, a grave problemática do Ensino Médio no país. Apesar de avanços com a implantação desse ensino na forma integrada com a Educação Profissional Técnica de nível médio, prevalece a lacuna de programas consistentes no âmbito curricular para o Ensino Médio não profissionalizante, que corresponde a mais de 90% das matrículas nessa etapa da Educação Básica.

No item sobre **Pressupostos para um Currículo Inovador de Ensino Médio**, o documento informa que o programa, quando de sua implantação pelos Estados, Distrito Federal e pelas Escolas Federais referidas, pretende estabelecer mudanças significativas no Ensino Médio, com uma organização curricular que possa fomentar as bases para uma nova escola nessa etapa da Educação Básica.

Considera, ainda, que, além de uma proposta consistente de organização curricular, o avanço na qualidade depende fundamentalmente do compromisso político e da competência técnica dos professores, do respeito às diversidades dos estudantes jovens e da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico.

A nova organização curricular pressupõe uma perspectiva de articulação interdisciplinar. Nesse sentido, propõe estimular novas formas de organização das disciplinas, articuladas com atividades integradoras, a partir das inter-relações existentes entre os eixos constituintes do Ensino Médio, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, tendo o trabalho como princípio educativo.

Ao tratar das **Dimensões para um Currículo Inovador**, o documento expressa o entendimento de que ninguém mais do que a própria comunidade escolar conhece a sua realidade e, portanto, está mais habilitada para tomar decisões a respeito do currículo que vai, efetivamente, ser praticado. À União, em articulação com os sistemas de ensino, cabe a responsabilidade de criar as condições materiais e o aporte conceitual que permitam as mudanças necessárias.

Na proposta do Programa Ensino Médio Inovador, o currículo e o decorrente percurso formativo serão organizados pelas unidades escolares envolvidas, apoiando-se na participação coletiva e nas teorias educacionais, seguindo a legislação em vigor, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as dos respectivos sistemas de ensino, bem como as orientações metodológicas estabelecidas pelo programa.

Ainda segundo o documento, o projeto político-pedagógico de cada unidade escolar deve materializar-se no entrelaçamento entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, com indicativos, tais como: - Contemplar atividades integradoras de iniciação científica e no campo artísticocultural; - Incorporar nas práticas didáticas, como princípio educativo, a metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo; - Promover a aprendizagem criativa como processo de sistematização dos conhecimentos elaborados, como caminho pedagógico de superação da mera memorização; - Promover a valorização da leitura em todos os campos do saber, desenvolvendo a capacidade de letramento dos alunos; - Fomentar o comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos deveres e direitos da cidadania, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade; - Articular teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais; - Utilizar novas mídias e tecnologias educacionais, como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem; - Estimular a capacidade de aprender do aluno, desenvolvendo o autodidatismo e autonomia dos estudantes; - Promover atividades sociais que estimulem o convívio humano e interativo do mundo dos jovens; - Promover a integração com o mundo do trabalho por meio de estágios direcionados para os estudantes do Ensino Médio; - Organizar os tempos e os espaços com ações efetivas de interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos; - Garantir o acompanhamento da vida escolar dos estudantes, desde o diagnóstico preliminar, acompanhamento do desempenho e integração com a família; - Ofertar atividades complementares e de reforço da aprendizagem, como meio para elevação das bases para que o aluno tenha sucesso em seus estudos. - Ofertar atividades de estudo com utilização de novas tecnologias de comunicação e informação; - Avaliar a aprendizagem como processo formativo e permanente de reconhecimento de saberes, competências, habilidades e atitudes.

Nas **Proposições Curriculares do Programa Ensino Médio Inovador**, reitera que é a própria comunidade escolar que está mais habilitada para decidir sobre o seu currículo e, também, que a União tem a responsabilidade de incentivar propostas inovadoras, garantindo as condições materiais e o aporte financeiro que permitam mudanças.

Neste sentido, é estabelecido um referencial de proposições curriculares e condições básicas que devem orientar os Projetos a serem apoiados:

- a) Carga horária do curso com, no mínimo, 3.000 (três mil) horas;
- b) Centralidade na leitura enquanto elemento basilar de todas as disciplinas, com elaboração e utilização de materiais motivadores e orientação docente voltados para esta prática;
- c) Estímulo às atividades teórico-práticas apoiadas em laboratórios de ciências, matemática e outros que promovam processos de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento;
- d) Fomento de atividades de artes de forma que ampliem o universo cultural do aluno;
- e) O mínimo de 20% da carga horária total do curso em atividades e disciplinas eletivas a serem escolhidas pelos estudantes;
- f) Atividade docente em tempo integral na escola;
- g) Projeto Político-Pedagógico implementado com participação efetiva da Comunidade Escolar e organização curricular articulada com os exames do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Médio.

O item sobre o **Plano de Implementação** indica que os critérios, os parâmetros e os procedimentos para o apoio técnico-financeiro estão em consonância com o previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, na Resolução CD/FNDE/nº 29, de 20 de junho de 2007, e na Resolução CD/FNDE nº 47, de 20 de setembro de 2007, que tratam da implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Estados, Municípios e Distrito Federal e a participação das famílias e da comunidade.

O Programa contará com um Grupo Gestor e um Comitê Técnico. O Grupo Gestor será coordenado pela SEB/MEC e terá participação de entidades nacionais, constituindo-se em instrumento de representatividade política e de apoio institucional. O Comitê Técnico será constituído por profissionais indicados pela SEB/MEC, tendo caráter consultivo e deliberativo na análise e referendo das questões relacionadas com o programa e demais fatores que requerem intervenção durante o processo de implantação e implementação.

Quanto à **Gestão do Programa**, este será executado em parceria com governos de Estados e do Distrito Federal e com as Escolas Federais que se associarem voluntariamente ao Governo Federal mediante Termo de Cooperação Técnica.

Ao tratar da **Operacionalização**, indica que os entes federados, os Colégios das Universidades Federais e Estaduais e o Colégio Pedro II, ao aderirem ao Programa, deverão elaborar e enviar à SEB/MEC o Plano de Ação Pedagógica (PAP). Tal plano conterá os projetos das escolas participantes da experiência de inovação curricular conforme as diretrizes gerais do programa.

O PAP será o documento suporte para a análise do Comitê Técnico, podendo ser diligenciado, para ajustes e complementações, constituindo-se como instrumento base para a elaboração dos respectivos Planos de Trabalho que fundamentarão os convênios a serem firmados, como procedimento para o apoio financeiro pretendido.

Sobre o **Apoio Técnico e Pedagógico**, é referido que o MEC poderá apoiar a elaboração do Plano de Ação Pedagógica (PAP). As ações de coordenação, acompanhamento e apoio técnico da SEB/Coordenação de Ensino Médio pressupõem atividades de colaboração que possibilitem a implementação de projetos com maior consistência metodológica, compreendendo, quando for o caso:

- a) Subsídios para a elaboração dos Planos de Ação Pedagógica a serem apresentados ao MEC;
- b) Apoio técnico-pedagógico para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico e organização curricular das escolas envolvidas;
- c) Interlocução com outras instituições que possibilitem articulações com diferentes sistemas de ensino e instituições de ensino superior;
- d) Garantia de subsídios para a organização de critérios e supervisão da distribuição das bolsas-auxílio de projetos integradores;
- e) Definição, em conjunto com os sistemas de ensino, das estratégias e instrumentos de acompanhamento e avaliação do programa;
- f) Organização de uma Rede Nacional de Intercâmbio de Escolas de Ensino Médio Inovador, com a finalidade de intercâmbio e troca de experiências do currículo implementado nas Escolas;
- g) Utilização de meios virtuais e tecnologias educacionais desenvolvidos no MEC e, em especial, o *Portal do Professor*;
- h) Implantação do Programa UCA – Um Computador por Aluno;
- i) Alimentação Escolar e Transporte Escolar; e
- j) Fomento a pesquisas e estudos relativos ao Ensino Médio e à juventude.

A seguir, o documento apresenta o item **Linhas de Ação/Componente**, com os seguintes destaques:

- Fortalecimento da Gestão Estadual do Ensino Médio.

- Fortalecimento da Gestão das Unidades Escolares.
- Melhoria das Condições de Trabalho Docente e Formação Continuada.
- Apoio às Práticas Docentes.
- Desenvolvimento da Participação Juvenil e Apoio ao Aluno Jovem e Adulto Trabalhador.
- Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.
- Apoio a Projetos de pesquisa e estudos relativos ao Ensino Médio e Juventude.

O item referente ao **Monitoramento e Avaliação do Programa** dispõe que estas ações serão de responsabilidade da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica (DCOCEB/SEB/MEC), que organizarão dados e informações que permitam, em regime de cooperação com os sistemas de ensino, o contínuo aperfeiçoamento do funcionamento do Programa. Para tanto, serão apoiados pelo INEP, por instituições universitárias ou por centros especializados em pesquisa e desenvolvimento da área.

A SEB/MEC organizará uma **Rede Nacional de Intercâmbio de Escolas de Ensino Médio Inovador**, como mediação importante de fortalecimento do desenvolvimento de escolas de Ensino Médio.

O item **Previsão Orçamentária/Categoria de Despesa** aponta para a necessidade de definição dos recursos financeiros, com indicação das categorias e montantes de despesa e das respectivas fontes orçamentárias.

O item **Plano de Ação/Cronograma** é apresentado na forma de quadro a ser atualizado após aprovação e homologação deste Parecer.

Análise de Mérito

A proposta encaminhada pelo Ministério da Educação, de experiência curricular inovadora do Ensino Médio, foi considerada de alta relevância pelo CNE e, em particular, pela CEB, que constituiu Comissão Especial para sua apreciação. Despertou, igualmente, vivo interesse da sociedade, evidenciado pela repercussão que o assunto teve na mídia e pelo amplo tratamento que esta lhe deu. É altamente reveladora, desse amplo interesse da sociedade pela matéria, a quantidade de títulos disponibilizados sobre o tema “Ensino Médio Inovador” nos diversos sítios de busca da Internet. Até o momento em que foi fechada a redação do presente Parecer, por exemplo, encontravam-se 5.030 citações no Google.

Tal interesse demonstra que a proposta ora em exame abordou pontos sensíveis que aguardavam novos encaminhamentos e soluções, pois o Ensino Médio apresenta deficiências crônicas que vêm sendo desnudadas de forma contundente, pelos últimos resultados do SAEB, do ENEM e da PISA. Como afirma o documento do MEC, mesmo após 12 anos da LDB, o Ensino Médio ainda não garantiu a universalização, a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria de seus estudantes.

Diferentes interpretações da proposta foram difundidas, sendo que uma delas a considerava como um projeto equivalente a novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em geral, o que não corresponde ao proposto.

Esta interpretação deu à proposta do MEC uma equivocada amplitude, pois, embora se trate de um Programa de alta relevância e oportunidade, é circunscrito a apoio técnico e financeiro para que a orientação básica da LDB se torne realidade. O Programa é proposto pelo MEC para ser implantado nos termos do art. 81 da LDB, isto é, como experimental e em regime de colaboração, basicamente, com os Estados, aos quais incumbe, prioritariamente, atuar nessa etapa de ensino. Para ser adequadamente apreciado, portanto, tem de ser colocado na real perspectiva de seu escopo, para que, antecipadamente, não sejam frustradas outras expectativas.

Nessa perspectiva, na abertura da Audiência Pública Nacional, a Professora Maria do Pilar, Secretária de Educação Básica do MEC e membro da Câmara de Educação Básica deste Conselho, citando Martha Gabriel,

assim expressou o sentido dessa proposta para o Ensino Médio Inovador, o qual levamos em consideração na análise deste Parecer. *“INVENTAR é criar, engendrar, descobrir. INOVAR é tornar novo, renovar, introduzir novidade em. A INVENÇÃO tende a ser ruptura, mas a INOVAÇÃO reside no fato de ter compromisso de buscar o foco nas boas idéias existentes, e, especialmente, no fato de que não há mal algum em tomar emprestada uma idéia que já exista. A virtude da INOVAÇÃO está em enquadrar essas idéias às necessidades por meio de: adaptação, substituição, combinação, ampliação ou redução, outras utilizações, eliminação, reversão ou trazer de volta”*.

Assim, o Programa Ensino Médio Inovador não implica mudança da concepção de Ensino Médio da LDB, nem em formulação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Pode, evidentemente, como toda experiência exitosa, vir a induzir ou contribuir para uma atualização das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, até mesmo devido à intenção declarada de estabelecer mudanças significativas no Ensino Médio, com uma nova organização curricular que possa fomentar as bases para uma nova escola dessa etapa da Educação Básica, mais contemporânea e interessante para os seus alunos.

Em síntese, o que está sendo proposto é um programa de apoio técnico e financeiro à promoção experimental de inovações pedagógicas no grupo de escolas públicas que a ele aderirem (estaduais, inclusive os Colégios das Universidades Estaduais; e federais, inclusive os Colégios de Aplicação das Universidades Federais e o Colégio Pedro II), de forma a produzir significativas melhorias no desempenho e na aprendizagem de seus alunos.

Por outro lado, evidenciaram-se alguns pontos que ganharam destaque em várias manifestações, muitas favoráveis. Sem menosprezar outros pontos, são aqui lembrados dois que pareceram ter tido maior e mais positiva repercussão.

Um desses diz respeito à integração curricular, pois propugna por uma organização do ensino baseada na perspectiva de *articulação interdisciplinar*, com atividades integradoras, a partir das inter-relações existentes entre os eixos constituintes do Ensino Médio, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

No entanto, sem que houvesse na proposta do MEC referência explícita a tratamento curricular por *áreas de conhecimento*⁹, difundiu-se a interpretação de que a articulação interdisciplinar preconizada consistiria no fim da “divisão por disciplinas”, distribuindo as “atuais 12 matérias” (*sic*) em grupos mais amplos¹⁰. Diversamente, o entendimento é que a interdisciplinaridade e, mesmo o tratamento por áreas de conhecimento, não excluem necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implicam o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino.

Outro ponto de favorável repercussão é o da ampliação da carga horária para 3.000 horas, com a destinação de 20% delas a estudos e atividades de opção dos alunos, permitindo que estes construam e percorram itinerários formativos de seu maior interesse e que possam responder mais proximamente à diversidade de seus anseios, condições e projetos de vida.

A Comissão Especial constituída pela CEB, em 13 de maio, concluiu uma minuta de Parecer destinada à ampla divulgação e debate. Ainda nesse mês foi dada publicidade, no portal do MEC e sítio do CNE, tanto da proposta encaminhada pelo MEC quanto da minuta de Parecer do CNE, que se constituíram em documentos

⁹ As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 3/98 e Parecer CNE/CEB nº 15/98) já prescrevem esse tratamento.

¹⁰ Lembra-se, a propósito, que as provas do ENEM e do ENCCEJA são organizadas por áreas de conhecimento.

orientadores da Audiência Pública Nacional convocada pelo Conselho e realizada no dia 1º de junho, no Auditório “Professor Anísio Teixeira”, Plenário do Conselho Nacional de Educação, em Brasília, a qual contou com a participação de mais de uma centena de pessoas, apresentando 28 intervenções propositivas, revelando claramente o alto interesse que a proposta despertou nos educadores brasileiros.

Essa abertura à consulta pública para sugestões e contribuições da sociedade, em especial da comunidade educacional, é procedimento usual do CNE, adotado para os assuntos de maior relevo. No caso, foi bastante oportuno, uma vez que a matéria ganhou destaque e amplitude, o que comprova que a sociedade está vivamente aguardando que o Ensino Médio venha a ser alvo de maior atenção e de iniciativas públicas visando à sua melhoria, em termos de relevância, pertinência e eficácia.

No dia 2 de junho, realizou-se sessão bicameral do CNE, na qual os Conselheiros de ambas as Câmaras discutiram a proposta do MEC, a minuta de Parecer e as intervenções dos participantes da Audiência Pública, com acolhimento de sugestões acrescentadas pelos seus integrantes. Pela magnitude da matéria, foi então deliberado que o Parecer, estudado pela mesma Comissão Especial e pelo mesmo Relator, fosse apreciado e votado pelo Conselho Pleno.

No dia seguinte, em sessão da Câmara de Educação Básica, com a participação de representantes da SEB/MEC, foram destacados e debatidos pontos criticados e/ou sugeridos na Audiência Pública e na reunião conjunta das duas Câmaras do CNE.

Na Audiência fora acordado um prazo maior para o recebimento de críticas e sugestões por escrito, inicialmente até o dia 15 de junho e, depois, prorrogado até o dia 21 do mesmo mês.

Tanto nas reuniões citadas quanto nas contribuições recebidas posteriormente, foram apresentadas proposições, predominantemente no sentido de aperfeiçoamento do Programa, as quais foram devidamente consideradas pela Comissão Especial, a fim de serem integradas a este Parecer.

O documento do MEC reafirma a concepção de educação apresentada no artigo 1º da LDB (Lei nº 9.394/96), bem como seu artigo 22 que, ao situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, define-o como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral, como parte de um nível de escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

É oportuno observar que a LDB indica para o Ensino Médio as funções de:

1. *Possibilitar o prosseguimento de estudos*, mediante “consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental”;
2. “*Preparação Básica para o trabalho e a cidadania do educando*, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores”;
3. “*Aprimoramento do Educando como pessoa humana*, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”;
4. “*A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos*, relacionando teoria e prática no ensino de cada disciplina”.

As quatro funções que aparecem com destaque na LDB determinam a linha de evolução do Ensino Médio, embora historicamente a primeira e a terceira, bem como a segunda e a quarta, tenham se confundido com a de preparação para o prosseguimento de estudos ou com a preparação para o trabalho, respectivamente, mantendo, de forma simplista, a falsa dicotomia entre formação propedêutica e formação profissional.

A formação geral para o exercício da cidadania, sem dúvida, é a função dominante do Ensino Médio, pois este é etapa final e de consolidação da Educação Básica. Juntamente com o Ensino Fundamental e com a

Educação Infantil, constitui um todo, um só nível, a ser garantido a todos os brasileiros, assegurando a finalidade da formação comum indispensável para a cidadania.

É, com certeza, visando a essa finalidade que o documento do MEC aponta para uma base unitária do Ensino Médio, que implica articular as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, na perspectiva da emancipação humana, de forma igualitária para todos os cidadãos.

Na perspectiva de conferir especificidades a essas dimensões constitutivas das práticas sociais ligadas ao trabalho, à ciência, à tecnologia e à cultura, é que se entende a necessidade do Ensino Médio ter uma base unitária de formação integral, que inclua todas essas dimensões, e sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas de formações específicas ampliadas. Por exemplo, no trabalho, como qualificação e habilitação profissional; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

Essa formação geral, portanto, é mais do que a simples preparação para ingresso na Educação Superior. A LDB, como vimos, destaca essa possibilidade como uma das finalidades do Ensino Médio. Aponta para outras: preparação básica para o trabalho e a cidadania, não apenas para continuar estudos, mas para continuar aprendendo, de sorte que tenha flexibilidade tanto para se adaptar a novas condições de ocupação quanto à necessidade de contínuos aperfeiçoamentos posteriores; que ao aprender, aprenda a aprender, para continuar aprendendo, se atualize frente às novas condições profissionais, e se aprimore como pessoa, com autonomia intelectual, pensamento crítico e comportamento ético; que compreenda os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos e que tenha condições de articular continuamente teoria e prática, no estudo de cada disciplina.

Como, porém, o nível da Educação Superior, de acordo com o art. 44 da LDB, tem a conclusão do Ensino Médio como condição imperiosa de ingresso, a Lei indica como finalidade desse nível de ensino a de fornecer meios para progredir em estudos posteriores. O Ensino Médio não pode, portanto, estigmatizar ou ignorar o seu caráter propedêutico, sob pena de frustrar a justa pretensão de acesso àquele nível educacional pelos alunos da escola pública, atualmente possibilitado aos de menor renda, em parte, pelo PROUNI e, em parte, pelo FIES, assim como pelo aumento de vagas propiciadas pelo REUNI e pelo aumento de Instituições Federais de Educação Superior, inclusive mais interiorizadas e descentralizadas pelo país.

A propósito, cabe lembrar a pesquisa *Ensino Médio: Múltiplas Vozes*¹¹, que oferece grande número de dados e subsídios advindos da apreensão da visão “interna” da escola de Ensino Médio. Um ponto mais pertinente, a destacar, é o das percepções dos alunos sobre a finalidade desse ensino.

Para eles, o Ensino Médio serve, principalmente, em primeiro lugar, como preparo para curso superior (vestibular). Manifestaram-se, nesse sentido, mais da metade dos alunos das escolas públicas e 3/4 das escolas privadas, dos turnos noturno e diurno, apesar da frequência por essa opção ser menor no noturno. Está, portanto, no horizonte da maioria de alunos das escolas públicas (no geral, trabalhadores e filhos de trabalhadores), sua capacitação para o ingresso na Educação Superior.

Em vista dessa percepção e das considerações antes apresentadas, é imperioso articular mudanças em processos seletivos das Instituições de Educação Superior com as inovações contidas na proposta, assim como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

¹¹ Abramovay, Miriam; Castro, Mary Garcia (coord.). *Ensino Médio: Múltiplas Vozes*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, cuja pesquisa teve como objetivos obter uma melhor compreensão acerca do que pensam os diversos atores sociais que vivem e convivem na escola, o que fazem e quais suas perspectivas com relação à construção de uma Escola de Ensino Médio (*Escola Jovem*), e coletar subsídios para orientar e/ou reorientar as ações do Governo Federal e dos Estaduais com vista à implementação da reforma do Ensino Médio.

Em segundo lugar, serve para *busca de um futuro melhor (conteúdos necessários e úteis para seu futuro)*. Este tipo de percepção é mais frequente entre os alunos da rede pública, do período diurno.

Em terceiro lugar, serve como *preparação para o mundo do trabalho (conseguir trabalho)*. Aproximadamente o dobro dos alunos de escolas públicas apontou “conseguir trabalho” e, entre estes, principalmente os do noturno.

Quanto a esta última finalidade apontada, o Ensino Médio pode, opcionalmente, propiciar uma terminalidade profissional de Técnico, de forma integrada ou concomitante na mesma escola ou em outra, em regime intercomplementar, conforme dispõe o art. 36-A do atual texto da LDB, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008.

O Ensino Médio não pode, no entanto, deixar de fornecer, obrigatoriamente, ao educando meios para *progredir nos estudos* nem de propiciar a *preparação básica para o trabalho*, pois essas são finalidades determinadas pela LDB, em decorrência de imperativos próprios da vida em sociedade.

Observa-se que os currículos do Ensino Médio não resolveram, ainda, esse desafio da obrigatória *preparação geral/básica para o trabalho*. Assim como, também, não equacionaram as prescrições correlatas da LDB quanto à *orientação para o trabalho*, à *educação tecnológica básica*, e aos *princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna*, ao *desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico*, ao *desenvolvimento da capacidade de contínua aprendizagem* e à *flexibilidade no desempenho profissional*.

Essas finalidades não são alcançadas unicamente pela oferta de uma habilitação profissional específica, como no caso da opção por um Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica, pois este tem um alcance limitado, e não é desejável que seja universalizado, como pretendeu a revogada Lei nº 5.692/71.

O documento encaminhado pelo MEC, corretamente, ao contrário da universalização obrigatória da profissionalização no Ensino Médio, indica a necessidade de ser valorizado o Ensino Médio não profissionalizante, predominante para a maioria dos jovens, pois suas matrículas correspondem a mais de 90% do alunado. O documento do MEC deixa claro que essa perspectiva educacional voltada para a formação do cidadão trabalhador não é o mesmo que uma formação estritamente profissionalizante, voltada para habilitações profissionais específicas, em detrimento dos objetivos do Ensino Médio.

Nesse sentido, a proposta caminha na direção de apoiar a implementação de um Ensino Médio que, afinal, poderá equacionar o desafio da LDB de inclusão no seu currículo, não da estrita profissionalização técnica, mas, sim, da *preparação geral/básica para o trabalho*, bem como da *orientação para o trabalho*, da *educação tecnológica básica* e dos *princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna*.

Em *Workshop* denominado “*Ensino Médio: desafios, oportunidades e alternativas*”, promovido pela Representação da UNESCO no Brasil, em Brasília, no período de 10 a 12 de setembro de 2008, o titular da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares da SEB/MEC apresentou, entre muitos dados e questões, uma visão de conjunto de várias possibilidades para a oferta do Ensino Médio.

Uma primeira, que pode ser denominada “*profissionalização stricto sensu*”, é representada pela Educação Profissional integrada com o Ensino Médio. Pode, também, assumir outras formas de Educação Profissional articulada com o Ensino Médio: na forma concomitante, ofertada na mesma escola ou em outro estabelecimento de ensino, e na forma subsequente à conclusão desse nível de ensino.

Uma segunda, que pode ser denominada “*lato sensu*”, não conducente a uma habilitação ou qualificação profissional, garantiria os princípios pedagógicos de um Ensino Médio unitário e politécnico, tomando o trabalho como princípio educativo, articulando ciência e tecnologia, trabalho e cultura.

Considerando a perspectiva da formação integral e unitária em todo e qualquer Ensino Médio, seja na forma regular seja na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, pode-se conceber diversidade de

modelos para o Ensino Médio, com formas várias e contextualizadas, que superem o persistente dualismo entre propedêutico e profissionalizante.

Tais modelos podem ser concebidos desde aquele integrado com a Educação Profissional Técnica, passando pelo propiciador de uma qualificação profissional/formação inicial, até o não profissionalizante. Este, concebido com flexibilidade, com ênfases e percursos formativos variados que atendam à diversidade de interesses dos diferentes alunos, mas, sempre, com a necessária orientação da preparação geral/básica para o trabalho, preconizada pela LDB, configurando, assim, uma “profissionalização *lato sensu*”.

Difícilmente, com qualquer modelo, o Ensino Médio cumprirá suas finalidades se não construir currículos inovadores e flexíveis que permitam itinerários diversificados aos alunos e que melhor respondam à heterogeneidade de suas condições, interesses e aspirações, com previsão de espaços e tempos para utilização aberta e criativa. Assim, considerando os quatro eixos estruturantes do currículo do Ensino Médio, por exemplo, os estabelecimentos de ensino podem conceber currículos que contemplem diversas ênfases, seja do ensino das ciências, seja das artes, ou dos códigos e linguagens ou da matemática.

É necessário alterar o entendimento tradicional de estruturação do currículo apenas por disciplinas segmentadas, que ignoram possibilidades de composição interdisciplinar, como é indicado nas vigentes Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 3/98, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 15/98).

É preciso assumir a concepção de que o currículo não é composto apenas por disciplinas¹², mas pode acolher ações, situações e tempos diversos, bem como diferentes espaços intraescolares e da comunidade e de outras instituições que intercomplementem o projeto da escola para realização, entre outras possibilidades, de estudos e atividades “não disciplinares”, inclusive de livre opção; de formação de agrupamentos por necessidades e/ou interesses de alunos de classes e anos diversos; de realização de pesquisas e projetos, e atividades inter e transdisciplinares que possibilitem iniciativa, autonomia e protagonismo social.

A inovação curricular, em consequência, inclui componentes centrais obrigatórios, que são determinados pela LDB (com as várias alterações sofridas) e por outras leis¹³, e componentes flexíveis e variáveis, que possibilitam, eletivamente, formatos e itinerários que atendem aos interesses e necessidade dos alunos. Ambos os tipos de componentes devem ter um desenvolvimento integrado, multi e interdisciplinar, organizados levando

¹² ¹² Quanto ao entendimento do termo “*disciplina*”, este Conselho, pelo Parecer CNE/CEB nº 38/2006, que tratou da inclusão obrigatória da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, já havia assinalado a diversidade de termos correlatos utilizados pela LDB. São empregados, concorrentemente e sem rigor conceitual, os termos *disciplina, estudo, conhecimento, ensino, matéria, conteúdo curricular, componente curricular*. O referido Parecer havia retomado outro, o CNE/CEB nº 5/97 (que tratou de *Proposta de Regulamentação da Lei nº 9.394/96*), o qual, indiretamente, unificou aqueles termos, adotando a expressão **componente curricular**. Considerando outros (Pareceres CNE/CEB nº 16/2001 e CNE/CEB nº 22/2003), o Parecer CNE/CEB nº 38/2006 assinalou que não há, na LDB, relação direta entre obrigatoriedade e formato ou modalidade do componente curricular (seja chamado de estudo, conhecimento, ensino, matéria, conteúdo, componente ou disciplina). Ademais, indicou que, *quanto ao formato de disciplina*, não há sua obrigatoriedade para nenhum componente curricular, seja da Base Nacional Comum, seja da Parte Diversificada. As escolas têm garantida a autonomia quanto à sua concepção pedagógica e para a formulação de sua correspondente proposta curricular, *sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar*, dando-lhe o formato que julgarem compatível com a sua proposta de trabalho.

¹³ Tais leis são a de nº 9.795/1999 (dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental), a de nº 10.741/2003 (dispõe sobre o Estatuto do Idoso) e a de nº 11.161/2005 (dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola).

em consideração as dimensões estruturantes propostas (trabalho, ciência, tecnologia e cultura) e as áreas de conhecimento indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio¹⁴.

O documento, aliás, afirma que o MEC está propondo esse programa para apoio à promoção de inovações pedagógicas das escolas públicas (estaduais, inclusive Colégios das Universidades Estaduais; e federais, inclusive Colégios de Aplicação das Universidades Federais e o Colégio Pedro II), objetivando fomentar mudanças necessárias na organização curricular do Ensino Médio e implantar uma Rede Nacional de Intercâmbio de Escolas de Ensino Médio Inovador.

O Programa proposto é, essencialmente, um incentivo à inovação pedagógica e pretende induzir a um novo paradigma educacional. Um novo paradigma, sem dúvida, deve propiciar ao aluno a capacidade de aprender, de pensar, de raciocinar, de realizar descobertas, de relacionar os conhecimentos entre si e deles com a sociedade e seus problemas. A escola, no entanto, defronta-se com aspectos críticos referentes ao currículo, que já podem ser considerados consensuais entre analistas educacionais, formuladores de políticas públicas, gestores, professores e alunos, entre os quais: a fragmentação do currículo, o tratamento escolar que considera o conhecimento como somatório enciclopédico de conteúdos, a desarticulação dos conhecimentos escolares e a dinâmica da vida social, e a sobrevalorização de alguns componentes em detrimento de outros.

Este Conselho, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, prescreveu organização do currículo em áreas de conhecimento e uso das várias possibilidades pedagógicas de organização, inclusive espaciais e temporais, e diversificação de programas ou tipos de estudo disponíveis, estimulando alternativas, de acordo com as características do alunado e as demandas do meio social, admitidas as opções feitas pelos próprios alunos. Enfatiza que o currículo deve ter tratamento metodológico que evidencie a interdisciplinaridade e a contextualização.

Em especial, quanto à interdisciplinaridade, assume o princípio de que *“todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos”*, e que *“o ensino deve ir além da descrição e constituir nos alunos a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir, objetivos que são mais facilmente alcançáveis se as disciplinas, integradas em áreas de conhecimento, puderem contribuir, cada uma com sua especificidade, para o estudo comum de problemas concretos, ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou de ação”*.

Mais uma vez, em manifestação recente¹⁵, ao correlacionar *organização dos tempos e espaços, currículo e carreira do magistério*, este Conselho destacou o entendimento de que *“devem ser criadas novas práticas pedagógicas, dotar as escolas de todos os materiais necessários e adotar formas de gestão que privilegiem as práticas coletivas e currículos interdisciplinares”*. Prossegue, enfatizando que a escola precisa *“ter um significado para esta geração que aí está – crianças, jovens e também aquelas pessoas que não conseguiram estudar em idade própria – de forma que seja ‘prazerosa para seus alunos”*. E continua, *“para que a escola possa ser prazerosa para seus alunos é preciso que ela seja organizada para isto, desde as condições de trabalho de seus profissionais até a disposição do tempo escolar e a organização de seu currículo, para que o processo educacional possa transcorrer de forma dinâmica, atrativa e, sobretudo, numa lógica que não se limite à simples transmissão do conhecimento, mas que propicie a produção coletiva do conhecimento e da busca da formação integral do aluno, em todos os seus aspectos”*.

¹⁴ *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e *Ciências Humanas e suas Tecnologias* (Resolução CNE/CEB nº 3/98 e Parecer CNECEB nº 15/98). As provas do ENEM e do ENCCEJA são organizadas segundo essas áreas de conhecimento, apenas alterando-as com o desdobramento da *Matemática* e das *Ciências da Natureza*.

¹⁵ Parecer CNE/CEB nº 9/2009, que trata da revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Acrescenta que a “*organização escolar é ainda bastante rígida, segmentada e uniforme em nossa tradição, à qual todos(as) alunos e alunas indistintamente têm de adequar seus tempos*”. “*Diante dos desafios do mundo contemporâneo e da realidade do nosso país, a escola precisa proceder a um redimensionamento dos tempos escolares, na perspectiva de tornar o currículo mais ágil, mais atrativo para os alunos e com maiores possibilidades de trabalhar algo que é fundamental para uma educação de qualidade nos dias atuais: a interdisciplinaridade*”.

Mais adiante, reforça que a “*organização curricular deve propiciar a necessária interação entre as diferentes disciplinas, de forma a que os alunos possam perceber a lógica da produção e transmissão do conhecimento, que não deve ser confinado em disciplinas estanques, que não se comunicam e não se inter-relacionam. A concepção de currículo como uma ‘grade’, que ‘enjaula’ disciplinas em determinados tempos e espaços, não contribui para a possibilidade de que o conhecimento seja elaborado e reelaborado ao longo do processo de produção deste conhecimento. A articulação das diversas disciplinas propiciará qualidade a este tempo de tal forma que a permanência do professor com seus alunos produza conhecimentos e os oriente para a sua vida futura*”.

Nesse sentido, as escolas, com seus currículos, devem atender à diversidade de interesses, anseios e expectativas, condições e projetos de vida dos jovens alunos, não lhes impondo unicamente uma anacrônica “grade” de componentes com conteúdos fixos obrigatórios e padronizados, sem flexibilidade para contextualização em suas realidades, superando um enciclopedismo superficial por uma formação significativa, centrada nas dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo o trabalho como princípio educativo.

Para interessar aos alunos, a escola deve deixar de ser “auditório de informações” para se transformar em “laboratório de aprendizagens significativas”.

Reforça-se, nesse sentido, a necessidade de reconhecer a importância da superação das barreiras rígidas entre as disciplinas, que propiciam saberes fragmentados e descontextualizados, mediante abordagem interdisciplinar, a qual, todavia, não desconheça as especificidades e identidades próprias das disciplinas, mas que busque as articulações entre elas e com os problemas presentes na vida.

Lamentavelmente, contra este entendimento, vêm sendo sistematicamente apresentados Projetos de Lei que prescrevem disciplinas obrigatórias, fragmentando, ainda mais, as áreas de conhecimento. Este Conselho tem se posicionado de forma contrária a essa proliferação de componentes obrigatórios na Educação Básica, por inviabilizar a efetivação de projetos pedagógicos consequentes que busquem a almejada integração disciplinar.

Para que o Ensino Médio tenha um significado real para a atual geração – até mesmo para os que não puderam estudar na idade própria –, é preciso lançar outro olhar sobre a organização curricular. O currículo é a essência do processo educativo, com seus diversos componentes, inclusive sob a forma de disciplinas. Há debate quanto à organização das disciplinas em áreas do conhecimento, o que tem gerado contraposição de educadores e professores de forma geral. Esta concepção, que é acertada do ponto de vista metodológico e, mais que isto, epistemológico, é vista por alguns como medida que permite o desaparecimento de uma disciplina em função de outra, concretizando a sua diluição ou, mesmo, a sua eliminação unicamente para compensar a falta de professor nela habilitado.

Não há área de conhecimento se não houver o conjunto das disciplinas que compõem o próprio conhecimento, as quais, mediante procedimentos interdisciplinares, fazem com que cada uma delas, a partir de um tema gerado pela comunidade escolar, apresente seus pontos de inter-relação, interligando os saberes.

O fundamental é ter ousadia, organizando o conteúdo curricular de forma que cada um dos seus componentes possa relacionar-se com os demais mediante procedimentos inter e transdisciplinares, debatidos e

assumidos no processo de construção do projeto políticopedagógico da escola, elaborado e definido pela comunidade escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais e estas considerações são aqui lembradas porque corroboram a necessidade visualizada pelo MEC de se empreender uma forte indução à construção e colocação em prática de currículo inovador, diversificado, flexível e criativo, e à implantação de escolas concebidas e aparelhadas para tornar eficaz, pedagógica e socialmente, o Ensino Médio no país.

Quanto à heterogeneidade dos estudantes, a proposta bem coloca a necessidade de respeito às diversidades dos jovens, pelo que se conclui pela patente necessidade de consideração dos anseios das diversas *juventudes*, com suas múltiplas necessidades e nos mais diversos meios, situações e condições. Para atender aos seus anseios e despertar real interesse, deve a escola “cabem na vida do aluno, fazendo diferença em seu agir cotidiano, tornando-se lugar de encontro, avaliando e dando significado às suas aspirações e sonhos”.

Daí, a necessidade de proposição de um currículo aberto, a ser contextualizado e construído pelas escolas e sistemas de ensino participantes, em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias do seu alunado, permitindo percursos formativos de opção dos alunos.

Fica, é claro, entendido que o currículo deve incluir os componentes centrais obrigatórios previstos na legislação e nas normas educacionais, porém, conforme cada projeto escolar estabelecer, também deve incluir componentes flexíveis e variáveis que possibilitem formatos e percursos que atendam aos inúmeros interesses e necessidade dos alunos.

No que diz respeito às escolas estaduais, é uma colaboração oferecida pelo MEC, mediante a *adesão* dos Estados a esta oferta específica, tratando-se, portanto, de colaboração negociada com os entes federativos envolvidos. Assim, a abrangência do programa dependerá da adesão e dos acordos de cooperação técnica firmados, além, obviamente, dos recursos disponíveis. Essa negociação e adesão, no entanto, para garantir a autonomia das escolas, dependerá necessariamente de ato gestor de cada uma, com base nos artigos 12, 13 e 14 da LDB e em normas do respectivo sistema de ensino, uma vez que implica atualização dos seus instrumentos de planejamento e gestão, em especial, da Proposta Pedagógica e do Regimento, entre outras providências. Para tal, a participação do conjunto da comunidade escolar, com seus órgãos de planejamento e deliberação, é absolutamente recomendada.

Por outro lado, a proposta, embora se refira ao apoio a escolas públicas de Ensino Médio, e não a *cursos* desse ensino em escolas públicas, o entendimento é de que serão apoiadas tanto unidades voltadas exclusivamente para essa etapa da Educação Básica quanto escolas urbanas e rurais que oferecem, nos períodos diurno ou noturno, também outras etapas ou, mesmo, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Devem poder participar do Programa não só escolas que apresentarem projetos novos de currículo, adrede concebidos, como também escolas que já vêm atuando com currículos inovadores, desde que atendam ao preconizado pela proposta.

São desejáveis projetos que contemplem não apenas um currículo adequado, mas que prevejam infraestrutura condizente e apropriada para jovens e adultos (prédio, instalações, equipamentos, ambientes especiais – laboratórios, ateliês, oficinas, estúdios, áreas para convívio e para práticas sociais, artístico-culturais e esportivas etc.). Além disso, que seus gestores, docentes, técnicos e demais funcionários sejam intencionalmente selecionados e capacitados e venham a construir uma cultura organizacional e pedagógica voltada para a constituição de Escola da Juventude.

O programa possibilita, também, organizar, para troca de experiências, uma Rede Nacional de Intercâmbio de Escolas de Ensino Médio Inovador, à qual teriam acesso e participação não apenas as escolas

integrantes do Programa, como toda outra, pública ou privada, que venha a ter interesse em usufruir, colaborar e compartilhar das experiências inovadoras em curso, sem que, para isso, receba recursos públicos.

Quanto à execução do Programa, ela é descentralizada nos Estados, sendo que há a previsão, ainda, no nível central, de um Grupo Gestor coordenado pela SEB/MEC, o qual deve ter participação de representantes dos sistemas de ensino e das comunidades escolares participantes, e um Comitê Técnico, a ser coordenado pela SEB, composto por membros da equipe do MEC e educadores convidados, o qual terá caráter consultivo e deliberativo. A possibilidade de participação no Grupo Gestor teve forte concordância nas discussões e sugestões, até porque se constituirá em “*instrumento de representatividade política e de apoio institucional*” ao Programa. Ela é necessária não só como apoio à construção de currículo inovador, mas, também, para a constituição de uma Rede Nacional de Intercâmbio.

Na proposta do Programa, o currículo e o decorrente percurso formativo, entrelaçando trabalho, ciência, tecnologia e cultura, serão organizados pelas escolas envolvidas, apoiando-se na participação coletiva, nas teorias educacionais e seguindo a legislação em vigor, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as dos respectivos sistemas de ensino, bem como as orientações metodológicas estabelecidas pelo Programa, com **indicativos** apresentados na proposta e já referidos neste Parecer.

A eles, no entanto, acolhendo sugestões recebidas pela Comissão Especial constituída pela CEB, cabe acrescentar que se deve, na organização do currículo:

- reconhecer as diferentes facetas da exclusão na sociedade brasileira, para assegurar a ampliação do acesso aos sujeitos historicamente excluídos do Ensino Médio;
- garantir a inclusão das temáticas que valorizam os direitos humanos que contribuem para o enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência no interior das escolas;
- desenvolver a compreensão da realidade brasileira, de sua organização social e produtiva na relação de complementaridade entre espaços urbanos e rurais;
- valorizar o estudo e as atividades socioambientais e projetos de extensão;
- desenvolver conhecimentos e habilidades associados a aspectos comportamentais (relacionamento, comunicação, iniciativa, cooperação, compromisso), relativos às atividades de gestão e de iniciativas empreendedoras;
- valorizar práticas desportivas e de expressão corporal, referidas à saúde, à sociabilidade e à cooperação.
- estimular a participação social dos jovens, como agentes de transformação de suas escolas e de suas comunidades.

A valorização do estudo e das atividades socioambientais é relevante não só porque prescritas pela Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, como, principalmente, pela emergência da questão da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, além da notória força motivadora que exercem.

Um dos indicativos que não pode deixar de ser destacado, nesta oportunidade, é o referente à *valorização da leitura em todos os campos do saber, desenvolvendo a capacidade de letramento dos alunos*. Este, sem dúvida, é um dos desafios, sobretudo se desenvolver o prazer e o hábito da leitura, que é instrumento e condição para o acesso continuado e diuturno à informação e ao conhecimento.

É estabelecido um **referencial de proposições curriculares e condições básicas** que devem orientar os Projetos a serem apoiados:

- a) Carga horária do curso no mínimo de 3.000 (três mil) horas¹⁶
- b) Centralidade na leitura enquanto elemento basilar de todas as disciplinas, utilização, elaboração de materiais motivadores e orientação docente voltados para esta prática;
- c) Estímulo a atividades teórico-práticas apoiadas em laboratórios de ciências, matemática e outros que apóiem processos de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento;
- d) Fomento de atividades de artes de forma que promovam a ampliação do universo cultural do aluno;
- e) O mínimo de 20% da carga horária total do curso em atividades e disciplinas eletivas a serem escolhidas pelos estudantes;
- f) Atividade docente com dedicação de tempo integral à escola;
- g) Projeto Político-Pedagógico implementado com participação efetiva da Comunidade Escolar e a organização curricular articulada com os exames do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Médio.

Desejável e apropriada será a consideração de *Monitoria dos Alunos*, seja para reconhecer as qualidades dos que as possuem, seja, especialmente, para permitir a vivência da solidariedade entre pares, capaz de contribuir para o desenvolvimento da solidariedade cidadã.

Quanto à carga horária mínima ampliada de 3.000 horas, esta poderá ser distribuída pela escola, segundo seu projeto pedagógico, em mais horas diárias, dias da semana, meses ou avançar para parte ou todo de um quarto ano ou até mais, se as condições dos alunos assim requererem.

Desse modo, desde que acolhido pelo projeto pedagógico e normas da escola, um curso oferecido em turno diurno poderá manter a duração de 3 anos, se tiver aumentadas as horas diárias de estudos e atividades, ou ter sua duração ampliada para 4 anos ou mais, se com menos horas por dia.

O curso oferecido em turno noturno, necessariamente, avançará, pelo menos, para um quarto ano, pela notória impossibilidade de aumento de horas diárias de estudos e atividades na escola, para propiciar a permanência de alunos que trabalham, de acordo com o projeto pedagógico da escola.

É necessário que se adote um olhar mais cuidadoso para o aluno trabalhador, sobretudo o deste período noturno, levando em conta suas especificidades, dificuldades e potencialidades.

É possível considerar a oferta, para eles, de curso com organização modular¹⁷, bem como com frequência em horários que sejam da sua possibilidade, podendo concluir seus estudos em mais de três anos, adotando-se uma mobilidade curricular dentro da base comum.

Assim, sem perder nenhum dos conteúdos fundamentais e necessários à sua formação, o aluno poderá optar por um ritmo que seja adequado às suas necessidades e obedeça a parâmetros pré-determinados.

A destinação de 20% da carga horária para estudos e atividades de opção do aluno constitui, sem dúvida, ponto importante da proposta, pois é estratégia adequada para propiciar, em um mesmo curso, a construção de percursos e itinerários formativos que atendam à diversidade de interesses, anseios, condições e projetos de vida dos jovens alunos. E é adequada, igualmente, para propiciar aos alunos o exercício de sua autonomia e da capacidade de iniciativa, tomando decisões sobre os processos educacionais relacionados com suas vidas. Será o tempo e o espaço para que os jovens sejam verdadeiramente os sujeitos capazes de escolhas responsáveis que os atendam na sua diversidade de necessidades e interesses.

¹⁶ Esta formatação indica que esse Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) não está explicitamente contemplado no Programa.

¹⁷ A LDB, em seu art. 23, já indica a possibilidade de organização de diferentes formas, "sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar".

Provavelmente, escolas de maior porte terão condições de oferecer leque razoável de opções para os alunos, porém, seguramente, não poderão abranger todos os interesses que surgirem. Escolas menores ou com “vocação” para uma determinada área ou disciplina, ou com identidade definida, terão dificuldade para diversificar sua oferta, inviabilizando diversidade de opções. O equacionamento poderá advir da cooperação e intercomplementaridade entre elas, constituindo “*comunidades interescolares*”. Assim, alunos de diferentes escolas poderão usufruir de disciplinas e atividades de seu interesse, beneficiando-se, ainda, da interação com variados colegas e ambientes educativos.

Será necessário, no entanto, que a oferta de opções seja representada, não unicamente por mais “disciplinas”, mas, sim, por componentes com escopos, formatos e tratamentos os mais variados, nos diferentes espaços da escola ou de outras ou, ainda, da comunidade e de instituições parceiras do seu projeto, que sejam significativos para os participantes, e agrupando, por interesse, alunos de escolas, classes e anos diversos, possibilitando iniciativa, autonomia e protagonismo social.

Note-se que é cada escola, no seu projeto político-pedagógico, que deve apontar a possibilidade de realização de acordos com entes públicos ou instituições privadas. O projeto escolar deve prever, intrinsecamente, e não como apêndice, atividades externas, inclusive possibilitadas por parcerias, as quais devem ser previstas e realizadas, sempre de forma que a escola não perca sua identidade e autonomia.

Para isso, o Programa precisará ter a participação de toda a equipe escolar, sendo que os gestores das escolas são chave para que, coletivamente, os respectivos projetos sejam bem sucedidos.

O Programa prevê ações de fortalecimento da gestão democrática e tais ações merecem que sejam destacadas neste Parecer, pois, sem a liderança adequada e capaz dos gestores que mobilizem real trabalho em equipe, os esforços dos professores e demais trabalhadores da educação das escolas serão, no conjunto, ineficazes.

Quanto aos professores, tantas vezes já foi assinalado o distanciamento ou mesmo a inadequação da sua formação inicial, a qual não capacita seus licenciandos para uma docência integradora e interdisciplinar, como orientada por este Conselho nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, incluindo as normas recentemente definidas pela Resolução CNE/CP nº 1/2009, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2008. Daí resulta que devem merecer atenção redobrada visando à inovação curricular do Ensino Médio, pois uma nova forma de organização curricular implica uma nova forma de trabalhar o processo ensino-aprendizagem e, sobretudo, uma profunda mudança na formação dos professores. Além da formação inicial, sua formação continuada tem de ser assegurada, no próprio local de trabalho, para que possam refletir coletivamente sobre suas práticas pedagógicas e trocar experiências. É preciso assegurar que possa acontecer a *práxis pedagógica* no contexto escolar, em contraposição ao mero treinamento dos professores.

O Programa precisará da participação de professores que sejam capacitados para realizar um diálogo articulador entre os saberes, o que exige compartilhamento de conhecimentos com os demais docentes, trabalho em equipe, planejamento coletivo e execução integrada. Que sejam capazes de desenvolver, além de aulas, atividades diversificadas que sirvam ao aprendizado do seu componente curricular (entre outras, pesquisas, práticas, jogos, atividades artísticas, projetos, visitas técnicas e culturais, atividades de extensão, ações voluntárias e comunitárias etc.). Que estejam, enfim, preparados para promover a religação dos saberes neste Século do Conhecimento.

Espera-se que o êxito na implantação da proposta do Ensino Médio Inovador possa ensejar o estímulo às Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos de licenciatura para a formação de docentes para o Ensino Médio em padrões consonantes com os aqui apresentados.

É fundamental assegurar que, nas instituições de Educação Superior, o professor seja capacitado para atuar de acordo com uma nova lógica de organização interdisciplinar dos componentes curriculares. Além disso,

é fundamental garantir que as Universidades, preferentemente as públicas, atuem conjuntamente com as escolas de Educação Básica no desenvolvimento da formação continuada no seu interior, de forma integrada com seu projeto pedagógico, nos horários de trabalho pedagógico coletivo e outros tempos e espaços que podem ser criados, na medida em que sejam implementadas novas composições da jornada de trabalho, ampliando a parcela destinada a atividades diversificadas e extraclasse.

É condição, para esse desiderato, uma distribuição da jornada de trabalho que inclua formação continuada, no processo, inclusive com capacitação direcionada para a implementação do novo currículo, para o planejamento conjunto interdisciplinar e contextualizador de atividades diversificadas, assim como para o relacionamento e diálogo com adolescentes e jovens, para contatos com as famílias, para acompanhamento individual e para recuperação continuada.

Sem prejuízo das jornadas e responsabilidades dos professores, e sem substituí-los, outros profissionais poderão ser chamados como auxiliares e coadjuvantes para atividades propostas pelas escolas, a exemplo de programas já existentes, tais como o “Mais Educação” e o “Escola Aberta”.

O documento expressa o acertado entendimento de que ninguém mais do que a própria comunidade escolar conhece a sua realidade e, portanto, está mais habilitada para tomar decisões a respeito do currículo que vai, efetivamente, ser praticado. Assim, não haverá uma camisa de força, mas um balizamento dentro do qual as escolas exercerão sua autonomia. O currículo, como instrumento de concretização da proposta pedagógica da escola, é de construção desta, seguindo basicamente a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo CNE e as normas mais específicas dos seus sistemas de ensino.

À União cabe a responsabilidade pela criação de condições materiais e pelo aporte conceitual para as mudanças necessárias para implantar esse Ensino Médio Inovador, na incumbência que lhe é atribuída pelo art. 8º da LDB.

A atividade docente em regime de dedicação em tempo integral na mesma escola é relevante, pois é uma condição saudavelmente ambiciosa quanto às *condições de trabalho dos professores*, pressupondo a escolha de docentes, não só titulados, como com essa dedicação para atuação nas escolas envolvidas. É oportuno, portanto, que esse programa experimental inclua essa medida, mesmo que seja progressiva sua exigibilidade e sua implantação.

A propósito, lembra-se que o já citado Parecer CNE/CEB nº 9/2009, que trata das Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enfatiza essa intenção de ver todos os professores comprometidos com uma só escola, com jornada de trabalho em tempo integral.

Em síntese, a organização curricular proposta é estruturada nos eixos articuladores do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, a ser desenvolvida em diferentes espaços de aprendizagem como salas de aulas, biblioteca e sala de leitura, equipamento esportivo e recreativo, oficina, ateliê, laboratório e outros ambientes de práticas, bem como pesquisa e trabalho de campo e estágio supervisionado. Tendo o trabalho como princípio educativo, propõe-se estimular novas formas de organização das disciplinas/componentes curriculares, articuladas com atividades integradoras, a partir das inter-relações existentes entre os eixos constituintes do Ensino Médio.

Quanto à previsão de estágios, é oportuno lembrar, até que este Conselho Pleno se manifeste sobre a matéria, que, ao menos, cabe atender não só aos dispositivos da Lei nº 11.788/2008 (que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências), como, no que não contrariá-la, à Resolução CNE/CEB nº 1/2004 (que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos), a qual está fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 35/2003.

O estágio, na própria definição legal¹⁸, quando promovido com propriedade no Ensino Médio, presta-se diretamente ao cumprimento da LDB, quanto à preparação geral para o trabalho, além de criar pontes entre o saber e o fazer, o que o torna importante estratégia a ser implementada, seja como obrigatório ou não. Deve constar, sempre, do projeto pedagógico de cada escola, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares, e não deve ser “etapa” desvinculada do currículo.

No Ensino Médio não profissionalizante, que é o caso, o estágio em uma organização social ou produtiva deve propiciar experiências e conhecimentos sobre o conjunto da organização, de suas relações internas e externas, de seu processo produtivo, de sua inserção na economia e do seu papel social, entre outros. Não é adequado, portanto, concentrar-se em um setor de trabalho ou em uma determinada ocupação, como pode se justificar no caso de curso de Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica.

Por outro lado, alerta-se que o estágio é legalmente impraticável para menores de 18 anos, em certos locais e serviços¹⁹. O aluno de 16 a 18 anos pode estagiar em empresa ou organização não configurada nas proibições legais, porém, desde que não haja situações e ocorrências de risco à sua segurança e saúde. Outro aspecto a considerar é a questão da maioridade civil e penal de 18 anos que é comumente considerada, quando se trata de pessoal que atua, por exemplo, na área de Saúde.

Ressalte-se que a escola deve se preparar para a logística dos estágios, necessária para dar cumprimento das suas atribuições previstas no artigo 7º da Lei nº 11.788/2008.

Embora o documento do MEC não aborde a questão do acesso ao curso com o currículo experimental, mas acatando sugestão apresentada, recomenda-se que seja prioritariamente destinado a candidatos egressos do Ensino Fundamental público.

Para que o Programa se constitua em experimento válido, convém recomendar que não haja processo seletivo para admissão de candidatos aos cursos implementados, a fim de que não se privilegiem alunos que tiveram anteriormente melhores oportunidades socioculturais e educacionais. É provável que o Ensino Médio oferecido dentro das condições do Programa venha a atrair mais candidatos que vagas, tornando-se necessário estabelecer critérios democráticos e não excludentes de ingresso, tais como o sorteio e/ou residência na área geográfica da escola. Adotando-se este critério, deve-se garantir, quando for o caso, o acesso de alunos moradores de áreas rurais em que não haja Ensino Médio.

Para concluir, manifestamo-nos pela aprovação do mérito e da relevância da proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio encaminhada pelo MEC, por corroborar a necessidade de uma forte indução à construção e prática de currículo diversificado, flexível e criativo, e a implantação de escolas concebidas e aparelhadas para tornar eficaz, pedagógica e socialmente, o Ensino Médio, que é o ensino da diversidade e da pluralidade de atendimento das aspirações dos jovens.

II – VOTO DA COMISSÃO ESPECIAL

À vista do exposto, somos pela aprovação do mérito e da relevância da proposta do MEC de desenvolver experiência curricular inovadora no Ensino Médio, nos termos do art. 81 da LDB, em regime de articulação e colaboração entre os sistemas de ensino, com as observações constantes deste Parecer e com as seguintes recomendações:

¹⁸ O artigo 1º da Lei nº 11.788/2008 define que “*Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos...*”

¹⁹ Conforme Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em seu artigo 405, e Portaria nº 20/2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, que regulamenta seu inciso II (locais e serviços perigosos ou insalubres).

- Estimular, na sua implementação pelas escolas, a diversidade de modelos, com formas várias e contextualizadas, concebidos com flexibilidade e com ênfases e percursos variados que atendam à diversidade de interesses dos diferentes alunos, mas garantindo a necessária orientação da *preparação geral/básica para o trabalho* preconizada pela LDB.
- Estimular a construção de currículos flexíveis, que permitam itinerários formativos diversificados aos alunos e que melhor respondam à heterogeneidade e pluralidade de suas condições, interesses e aspirações, com previsão de espaços e tempos para utilização aberta e criativa.
- Promover a inclusão dos *componentes centrais obrigatórios* previstos na legislação e nas normas educacionais, e *componentes flexíveis e variáveis* de enriquecimento curricular que possibilitem, eletivamente, desenhos e itinerários formativos que atendam aos interesses e necessidade dos estudantes.
- Orientar, para a concepção de currículo composto por disciplinas e ações, situações e tempos diversos, bem como diferentes espaços intraescolares e da comunidade e de outras instituições que possam intercomplementar o projeto da unidade na realização de atividades educacionais e socioculturais que possibilitem iniciativa, autonomia e protagonismo social.
- Incentivar a cooperação e intercomplementaridade entre escolas, para que constituam “*comunidades interescolares*”, sobretudo para possibilitar aos alunos um maior leque de opções para acolher a diversidade de interesses que surgirem para os componentes flexíveis e variáveis que integrem o mínimo de 20% de atividades optativas.
- Promover o desenvolvimento integrado, multi e interdisciplinar dos componentes curriculares, nas dimensões estruturantes propostas: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, considerando as áreas de conhecimento indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e assumidas pelo ENEM.
- Propiciar formação continuada dos gestores, professores e demais profissionais da educação, inclusive com capacitação no processo de forma direcionada para a implementação do novo currículo, para o planejamento conjunto interdisciplinar e contextualizador e das atividades diversificadas, assim como para o relacionamento e diálogo com adolescentes e jovens, para contatos com as famílias, para acompanhamento individual e para recuperação continuada da aprendizagem.
- Possibilitar a participação no Programa não só de escolas que apresentem projetos com novos currículos, como também escolas públicas que já venham atuando com currículos inovadores na perspectiva do Ensino Médio Inovador.
- Estimular projetos que contemplem não só currículo adequado, mas que prevejam infraestrutura condizente e apropriada para jovens e adultos, com gestores, docentes, técnicos e demais funcionários selecionados e capacitados para construir uma cultura organizacional e pedagógica voltada para a constituição de Escola da Juventude.
- Compôr o Grupo Gestor com participantes que, também, representem os sistemas de ensino e as comunidades escolares participantes do Programa, inclusive por estar implicado não só o apoio à construção de currículo inovador, mas, também, a constituição de uma Rede Nacional de Intercâmbio de Escolas de Ensino Médio Inovador.
- Atentar para que a implementação de estágios atenda à Lei nº 11.788/2008 e, no que não contrariá-la, à Resolução CNE/CEB nº 1/2004 e, no que couber, à Legislação Trabalhista, bem como propicie experiências e conhecimentos de conjunto sobre a organização, suas relações internas e externas, seu processo produtivo, sua inserção na economia e seu papel social, entre outros.

- Adotar a prioridade, para acesso ao curso com currículo inovador experimental, apoiado pelo Programa, a candidatos egressos do Ensino Fundamental público.
- Condicionar o acesso de candidatos aos cursos implementados, a critérios e procedimentos democráticos de ingresso, tais como o sorteio e/ou a residência na área geográfica da escola, assegurando-se acesso a alunos de áreas rurais.
- Incluir na Rede Nacional de Intercâmbio de Escolas de Ensino Médio Inovador a participação de escolas integrantes do Programa e de outras, públicas ou privadas não financiadas pelo Programa, que venham a ter interesse em usufruir, colaborar e compartilhar das experiências inovadoras.
- Orientar para que os projetos tenham caráter flexível, de modo a permitir uma cooperação efetiva e ajustes à realidade escolar e aos sistemas de ensino, bem como para que o Comitê Técnico interprete a diversidade dos projetos como indício da riqueza do Programa.
- Possibilitar que os sistemas de ensino e as Escolas Federais apresentem planejamento prevendo prazos para implementação dos projetos, incluindo estratégias para, progressivamente, atingir a integralidade da carga horária ampliada, com 20% de atividades optativas para os alunos e a dedicação de tempo integral dos professores.
- Estimular que o Programa possa ser continuamente avaliado e aperfeiçoado e que o mesmo, em regime de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, adquira um caráter cada vez mais amplo de atendimento a um Ensino Médio de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

O presente parecer foi aprovado pela Comissão Especial constituída pela Câmara de Educação Básica, em 29 de junho de 2009, o qual ora submetemos ao Conselho Pleno do CNE.

Brasília (DF), 30 de junho de 2009.

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Relator

Adeum Hilário Sauer – Presidente

José Fernandes de Lima – Membro

Mozart Neves Ramos – Membro

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova, por unanimidade, o voto da Comissão Especial.

Plenário, em 30 de junho de 2009.

Conselheira Clélia Brandão Alvarenga Craveiro – Presidente